

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CENTRO SOCIOECONÔMICO**

KÉREN WESLEY CASCIONE

**O ATENDIMENTO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO EM UMA
EMPRESA DE FLORIANÓPOLIS**

Florianópolis

2014.2

KÉREN WESLEY CASCIONE

**O ATENDIMENTO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO EM UMA
EMPRESA DE FLORIANÓPOLIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Keli Regina Dal
Prá.

Florianópolis
2014.2

Trabalho de Conclusão de Curso, aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Monografia aprovada em ____ / ____ /2014.

BANCA EXAMINADORA:

Orientadora

Profa. Dra. Keli Regina Dal Prá
Departamento de Serviço Social - UFSC

1a Examinadora

Esp. Katty Evelyn Mehlan
Assistente Social

2a Examinadora

Profa. Dra. Michelly Laurita Wiese
Departamento de Serviço Social - UFSC

Florianópolis

2014.2

Dedico

A Deus, minha família e amigos, pois são eles que transformam o nosso dia quando a gente mais precisa.

AGRADECIMENTOS

Todos temos sonhos e almejamos conquistas em diferentes aspectos da vida. Para tal, faz-se necessária dedicação até a realização destes sonhos.

Os sonhos não acontecem isoladamente. São acompanhados de apoios e incentivos. Por este motivo agradeço a muitas pessoas que me auxiliaram de alguma forma na conclusão deste trabalho.

Primeiramente agradeço a Deus, centro e fundamento de tudo em minha vida, por renovar minhas forças, disposição e discernimento concedido ao longo desta jornada.

Aos meus pais, Vladimir e Leda, pelo apoio constante durante dias e noites, pela simplicidade, exemplo, amizade e carinho, fundamentais na construção do meu caráter.

Aos meus irmãos, João Marcos e Rebeca, que de forma especial e carinhosa me deram força e motivação.

Gostaria de agradecer profundamente minha tutora, orientadora e professora Dra. Keli Regina Dal Prá, por sua sensibilidade e presença marcante em minha vida acadêmica, por suas orientações e incentivos que tornaram possível a conclusão deste trabalho, assim como todos os professores do curso de Serviço Social, por seus ensinamentos.

Aos meus colegas de estágio, os quais compartilhamos vivências profissionais que me auxiliaram, sem contar minha supervisora Katty Evelyn Mehlan, por sua paciência e orientação.

Não posso esquecer de meus fiéis amigos, afinal, com vocês que compartilho angústias, alegrias e tantas outras emoções que tornam uma amizade verdadeira.

À todos vocês, muito obrigada.

RESUMO

CASCIONE, Kéren Wesley. **O Atendimento de Pessoas com Deficiência: Um estudo em uma empresa de Florianópolis**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

Os planos assistenciais que as empresas oferecem aos seus trabalhadores visam assegurar aos empregados e seus familiares melhores condições de vida. Dessa forma, são oferecidos serviços como parte do complemento da remuneração dos trabalhadores, possibilitando suprir as necessidades pessoais que não são asseguradas pelo valor do salário. O objetivo deste trabalho de conclusão de curso é identificar a importância do benefício assistencial voltado à pessoa com deficiência, concedido aos empregados e dependentes da Empresa Eletrosul vinculados ao Programa de Atendimento às Pessoas com Deficiências (PAPD). Metodologicamente a pesquisa foi realizada a partir da experiência de estágio curricular obrigatório I e II, onde foi possível desenvolver a observação participante, entrevistas semiestruturadas com os beneficiários do PAPD e pesquisa documental a partir de documentos e informações fornecidos pela empresa. Como principais resultados destacam-se: a preferência dos principais serviços não credenciados mais utilizados são o de cuidadores de saúde especializados e enfermeiros, seguidos do resultado da concessão do benefício assistencial ao dependente e os impactos do auxílio financeiro que o Programa concede aos seus beneficiados.

PALAVRAS-CHAVES: Reforma do Estado; Programa de Atendimento às Pessoas com Deficiências; Trabalho.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	8
2. A REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO NOS ANOS 1990: OS IMPACTOS DO PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO NO BRASIL.....	10
2.1 O PROCESSO HISTÓRICO E AS MUDANÇAS OCORRIDAS NA EMPRESA ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A A PARTIR DA REFORMA DO ESTADO	22
2.2 A ELETROSUL E A RELAÇÃO COM OS TRABALHADORES	29
3. O PROGRAMA DE ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA E AS POSSIBILIDADES DE ATENÇÃO AOS TRABALHADORES BENEFICIÁRIOS	37
3.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO	37
3.2 O PROGRAMA DE ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA ELEMENTOS PARA PESSAR A ATENÇÃO AOS TRABALHADORES BENEFICIÁRIOS	38
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS.....	59

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo identificar a importância do benefício assistencial voltado à pessoa com deficiência, concedido aos empregados e dependentes da empresa Eletrosul vinculados ao Programa de Atendimento às Pessoas com Deficiências (PAPD). Para tanto se aborda a discussão sobre a necessidade de conceder benefícios assistenciais ao trabalhador, compreendendo que esses benefícios ofertados pelas empresas são estratégias de complemento da remuneração e de cuidados para que seja desenvolvido e garantido aos empregados e seus familiares condições adequadas de vida. Assim, os empregados não deixam de exercer suas funções e obrigações, e as empresas, visam manter a mão de obra qualificada do beneficiado, para que as metas e lucros da organização sejam preservados.

A escolha do tema deste trabalho surge da vivência do estágio curricular obrigatório em Serviço Social I e II realizado no ano de 2014, na Empresa Eletrosul Centrais Elétricas S/A de Florianópolis. A Eletrosul é uma empresa elétrica fundada em 1968 com intuito de ser um mecanismo para expandir o sistema elétrico brasileiro, formalizada pelo Decreto de n. 64.395 de 23/04/1969. A natureza da empresa é economia mista e capital fechado, atua na geração e transmissão de energia elétrica, realizando suas atividades em cinco Estados do Brasil.

A participação no PAPD sucedeu por meio da análise e tabulação dos laudos médicos de 2013 e 2014 dos empregados ou seus dependentes, observando se houve algum tipo de desenvolvimento na reabilitação da pessoa com deficiência, assim como, verificar se há alguma demanda específica do beneficiado que precise da intervenção da área de Serviço Social. Outro objetivo desta análise, é atualizar o perfil dos empregados e dependentes do Programa, bem como, elaborar um relatório anual sobre os gastos com tratamentos médicos referentes à deficiência dos participantes do PAPD de 2013 e 2014. As reuniões do PAPD visam à criação de mecanismos que possibilitam a integração e participação integral da pessoa com deficiência e sua família na empresa, bem como na sociedade.

Assim, pretende-se abordar elementos do contexto no qual emerge a dinâmica de determinados trabalhadores que estão vinculados ao PAPD. Esse

programa visa melhorar a qualidade de vida dos empregados e seus dependentes, abrangendo ações de Assistência Médica, Educacional e Especial bem como, atender as necessidades biopsicossociais e financeiras, que decorrem dos tratamentos de reabilitação de saúde da pessoa com deficiência.

Esse trabalho visa contribuir para a discussão e compreensão do processo que se dá entre o interesse da empresa, em produzir e acumular suas riquezas diante de um cenário de demandas que o trabalhador apresenta dentro de uma dinâmica organizacional de empresarial. É importante destacar que o trabalho visa caracterizar um grupo específico de empregados e dependentes, com o foco de reconhecer, identificar as necessidades e a problematização que estas famílias apresentam em relação à deficiência e a dinâmica do trabalho.

A primeira seção abordará elementos sobre os efeitos do processo da Reforma do Estado brasileiro na década de 1990, revelando a propriedade particular da reestruturação produtiva, destacando os impactos relacionados às transformações do mundo do trabalho. Por fim, na segunda seção é possível analisar e compreender as dinâmicas familiares à caracterização desses trabalhadores e suas famílias diante das demandas que as deficiências apresentam no cotidiano.

SEÇÃO I

2. A REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO NOS ANOS 1990: OS IMPACTOS DO PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO NO BRASIL

O presente texto abordará os elementos da crise e os efeitos do processo da Reforma do Estado brasileiro na década de 1990, revelando a característica particular da reestruturação produtiva, ressaltando os fenômenos e impactos relacionados a essas transformações, assim como, a garantia de direitos sociais para a classe trabalhadora e a capacidade e responsabilidade do Estado como gestor das políticas sociais que busca ao mesmo tempo encontrar mecanismos focados em articular e responder as exigências do capital.

Em geral, reconhece-se que há dois fatores que explicam e fundamentam a causa da crise do Estado. Em primeiro lugar a necessidade da criação de mecanismos que possibilitariam ao Estado tornar-se competente com relação à administração das políticas. O segundo aspecto refere-se à definição das relações sociais entre Estado, mercado e sociedade. Essa crise iniciou-se no Brasil em 1990, porém em 1980 já sondava os países industrializados (SANTANA, 2002).

No Brasil, é por meio da criação de um Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRAE), elaborado por Luiz Carlos Bresser Pereira, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, que se dá a efetividade do processo de Reforma do Estado. Com o PDRAE, visa-se fortalecer condições de governabilidade democrática que, por meio de uma avaliação, é possível estimar seu desempenho, bem como o estímulo de serviço público que proporcionam o desenvolvimento profissional, e “a revisão de sua estrutura, ajustando-a ao papel de promotor e regulamentador do desenvolvimento social e econômico e fortalecendo sua capacidade de formulação e avaliação de políticas públicas” (SANTANA, 2002, p.2). Nesse sentido busca-se expandir cada vez mais programas que visam o bem-estar social, sendo que o intuito da criação desses serviços e programas está relacionado a fatores econômicos, culturais e políticos, buscando meios de geração de renda, alimentação, seguridade social, educação e habitação (DRAIBE, 1989, p.18).

As mudanças que ocorreram no mundo do trabalho contribuíram para a mudança do modo de produção capitalista, modificando a dinâmica empresarial e o processo de trabalho nas empresas, tendo como finalidade aumentar a eficiência da sua produção por meio da circulação da matéria-prima e a ampliação do mercado (LEIRÃO, 2008). As relações em torno do mercado e da sociedade geram a expansão das desigualdades sociais, afetando diretamente a efetivação dos direitos sociais, que, de acordo com Silva (2000) requer um investimento financeiro para que sejam garantidos. Neste sentido, se faz necessário criar ações que possibilitem o desenvolvimento dos direitos sociais, que venham responder as demandas presentes na sociedade, sejam elas econômicas, sociais, culturais ou políticas, numa forma de proteção social (DRAIBE, 1989).

A partir deste pressuposto entende-se que é necessário se ter um Estado que venha subsidiar e organizar mecanismos de bem-estar social e que tais meios não se limitam apenas a uma política de previdência social, mas também a política de saúde, assistência social, educação e de habitação (DRAIBE, 1989). Essa proteção é uma resposta às desigualdades presentes devido à contradição existente entre o capital e trabalho, porém essas estratégias geraram a descentralização do Estado como aparelho social, que resulta na “ausência de mecanismos públicos de controle, abrindo assim espaço para o livre movimento dos interesses privados no aparelho de Estado” (DRAIBE, 1989, p.25), bem como a exclusão da participação da sociedade nas decisões sociais e políticas que norteiam a efetivação dos direitos sociais.

De acordo com Draibe (1989) o processo de privatização¹, possibilitou a reformulação de serviços sociais, estabelecendo dessa forma a transferência de recursos ao setor privado, diminuindo a participação do Estado na garantia dos direitos sociais. Assim, o trabalhador passa a ter que pagar para adquirir seus direitos, tais como saúde e educação.

Para garantir o aumento e a eficiência dos serviços abrem-se espaços para as organizações não governamentais, entendidas como instituições que auxiliam tanto as organizações de natureza estadual, quanto às organizações privadas, que visam

¹ “A partir do governo Fernando Henrique, a recuperação do investimento em infra-estrutura passa ser considerada uma condição necessária para a retomada do crescimento econômico e para o estímulo ao investimento privado. Conseqüentemente, o aumento da participação do setor privado é fundamental para obter financiamentos e aumentar a eficiência dos investimentos” (COSTA, 1999, p.196).

executar ações de interesse público, com o foco nas políticas sociais (SANTANA, 2002). Uma nova forma de gestão se dá por meio da proposta de privatização², que aconteceu com a justificativa de ser um mecanismo de reformulação da capacidade de governabilidade do Estado, desencadeada em meio à crise econômica. Nesse sentido entende-se que esse processo resultou na redução do poder do Estado, com relação aos recursos no sistema produtivo, desvinculando-o como mediador e administrador das empresas estatais permitindo a eficácia das ações do mercado como resposta e solução em meio à crise, estimulando a venda das empresas estatais (COSTA, 1999).

A privatização consistiu na implantação de bens e serviços produzidos pelo mercado, que se insere nos espaços das empresas estatais, devido à ineficiência da gestão do Estado em corresponder às exigências das evoluções tecnológicas. Assim, o mercado consegue se inserir nesse meio, garantindo seu lugar nas formas de produção e na economia do país (COSTA, 1999; SANTANA, 2002).

Constata-se que a justificativa para se reformar o Estado têm como argumento principal o processo de privatização, fundamental para que o Estado reformulasse a sua capacidade de gestor, uma importante mudança política que ocorreu na época, tendo como premissa a redução do déficit público e controle da inflação, fortalecendo o mercado e alargando as fronteiras da ideologia neoliberal.

(...) a receita obtida com a venda das empresas estatais poderia cobrir o déficit e aumentar a poupança do governo, liberando o Estado do gasto com novos investimentos. Por outro lado, através da privatização buscar-se-ia aumentar a credibilidade do governo, mostrando que realmente pretendia mudar a política intervencionista e reduzir o tamanho do Estado (COSTA, 1999, p.193).

Com a ausência do Estado em investimentos na infraestrutura, o mercado passa a ser o estímulo e a resposta para os desenvolvimentos tecnológicos caracterizando-se como um mecanismo eficiente para a obtenção de recursos da matéria-prima e geração de lucro, acelerando o processo de privatização das empresas estatais do país, afetando primeiramente os setores de telecomunicação, transporte e de energia elétrica (COSTA, 1999; SILVA, 2000).

²“O Programa Nacional de Desestatização (PND), criado pela Lei nº8.031/90 passou a ser regulado pela Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, com o objetivo de aperfeiçoar o processo de privatização” (COSTA, 1999,p.195).

(...) o processo de privatização já teve três consequências estruturais; a economia brasileira deixou de ser mista, passando a construir uma economia privada de mercado; o padrão de acumulação e produção transferiu seu eixo dinâmico para o setor privado; e, como consequência da privatização, todo o investimento relevante na indústria será privado caracterizando, assim, uma nova lógica que responde a estímulos diferentes (ABRANCHES, 1999 *apud*, COSTA, 1999, p.197).

Diante desta justificativa, se vê a necessidade de reestruturar o papel do Estado e sua forma de governabilidade³, direcionada a passar por uma reforma com relação as suas ações e interesses. Para se entender a Reforma do Estado, deve-se ter o conhecimento dos processos históricos e suas mudanças que ocorreram dentro da sociedade, compreendendo assim a organização da dinâmica social, cultural e econômica do mundo do trabalho e o papel do Estado (MOTA, 1991; BRESSER PEREIRA, 1997). Bresser Pereira (1998, p.49-50), sustentou a Reforma do Estado em quatro vertentes:

(...) (a) um problema econômico-político - a delimitação do tamanho do Estado; (b) um outro também econômico-político, mas que merece tratamento especial - a redefinição do papel regulador do Estado; (c) um econômico administrativo - a recuperação da governança ou capacidade financeira e administrativa de implementar as decisões políticas tomadas pelo governo; e (d) um político - o aumento da governabilidade ou capacidade política do governo de intermediar interesses, garantir legitimidade, e governar.

Essa forma de governabilidade almeja um novo meio de articular as relações sociais, através da ideologia neoliberal que é forma de expressões da ideologia capitalista, transformando assim, os valores políticos, econômicos, ideológicos, culturais e morais que norteiam uma sociedade (SIMIONATTO, 1997).

De acordo com Drucker (1981), os modos de produção das empresas contribuem para gerar lucro e movimentar a economia mundial, atendendo assim, as demandas do contexto econômico. Dessa forma entende-se que a empresa é um mecanismo “das relações de produção de uma determinada sociedade, como também fonte de riqueza e de poder” (LIMA; COSAC, 2005, p.236), tendo como foco vincular o capital com o trabalho, que tem como resultado a produção de

³ Para Diniz governabilidade “refere-se às condições sistemáticas mais gerais sob as quais se dá o exercício do poder numa dada sociedade e governança” refere-se ao conjunto dos mecanismos e procedimentos para lidar com a dimensão participativa plural da sociedade, o que expandir e aperfeiçoar aos meios de interlocução e de administração do jogo de interesses (SILVIA, 1995, p.5).

mercadorias que é gerada por meio de bens, serviços e matéria-prima. “Através desse gerenciamento, ela assegura a valorização do capital⁴, acumulando-o, reproduzindo-o e tendo na produção de mais-valia um instrumento para obtenção de lucros” (MOTA, 1991, p.39). Podemos dessa maneira, definir empresa como uma junção de aspectos socioculturais, que visa transformar ou extrair a matéria-prima, relacionando-se com o “sistema social global” (OLIVEIRA, 2002, p.251).

Dentro da dinâmica de produção das empresas, está inserido o trabalhador que desempenha um papel social, fazendo com que o indivíduo venda sua mão de obra para suprir e satisfazer as suas necessidades básicas em troca de um salário. De acordo com Marx, o trabalhador recebe do capital um valor x que possibilita apenas que o trabalhador venha conseguir o mínimo para suas necessidades individuais e ao mesmo tempo manter e produzir a sua força de trabalho viva (MARX, 1975 *apud* IAMAMOTO; CARVALHO, 2004). Portanto, as mudanças que ocorrem favorecendo a expansão do capital, fazem com que o trabalhador venha se adaptar as novas formas de sobrevivência na sociedade capitalista, transformando os aspectos da qualidade de vida, bem como de suas relações sociais, que conseqüentemente geram o aumento da desigualdade social (MOTA, 1991).

Diante dessa compressão em relação ao modo de produção do capital, o processo da Reforma do Estado acarreta uma nova forma de prestação de serviços, tendo como foco a privatização, a terceirização e a publicização, justificando como novas formas de melhorar a qualidade dos serviços (BRESSER PEREIRA, 1997). De forma similar, endente-se que a reestruturação produtiva acontece a partir das transformações ligadas a globalização por meio dos avanços tecnológicos que norteiam o modo de produção capitalista.

(...) A temática da Reforma do Estado tem dominado a agenda política internacional desde os primeiros anos da década de 80. De certa forma, a formulação do aparelho estatal se tornou uma questão praticamente universal, enquanto resposta à crise econômica que paralisou econômico politicamente os países nos últimos decênios do século XX. Tais reformas justificar-se-iam na medida em que o

⁴ “Capital não é uma coisa material, mas uma determinada relação social de produção, correspondente a uma determinada formação histórica da sociedade que toma corpo em uma coisa material e lhe infunde um caráter social específico. O capital é a soma dos meios de produção convertidos em capital. (...) É o conjunto dos meios de produção monopolizados por uma parte da sociedade, os produtores, e as condições de exercício da força de trabalho substantivadas frente à força de trabalho viva e a que este antagonismo personifica como capital” (MARX, 1975 *apud* IAMAMOTO; CARVALHO, 2004, p.31).

esgotamento fiscal do antigo modelo de desenvolvimento econômico-social montado no pós-guerra se mostrava cada vez mais patente (CARINHATO, 2008, p.4).

Na segunda metade do século vinte, ocorre um avanço no desenvolvimento tecnológico, que traz novas mudanças, atingindo os sistemas de transporte e comunicação mundiais, originando a globalização e a perda da autonomia dos estados nacionais. “A crise do Estado está associada de um lado, ao caráter cíclico da intervenção estatal, e de outro, ao processo de globalização, que reduziu a autonomia das políticas econômicas e sociais dos estados nacionais” (BRESSER PEREIRA, 1997, p.11).

Na década de 1970 houve a substituição do modelo de produção fordista para o modelo de produção toyotista. Esta mudança influenciou em todos os aspectos da organização social, como também, no acúmulo de riquezas econômicas, até em meio à crise do capital, criando formas que venham estabelecer um “novo equilíbrio” sustentando o modo de força produtiva (MOTA, 1991). Em suma a ideologia neoliberal presente na sociedade acarreta na diminuição do papel do Estado como responsável para responder as demandas sociais, bem como, responder os interesses do capital, favorecendo o crescimento da desigualdade social gerando o não acesso as políticas sociais e a não efetivação dos direitos da classe trabalhadora (COSTA, 1999; BRESSER PEREIRA, 1997).

As origens do neoliberalismo, enquanto doutrina econômica e política remontam o texto “O caminho da servidão” (1944) de Friedrich Hayeck, que criticava veementemente os mecanismos de regulação do Estado sobre o mercado. Hayeck criticava os pressupostos keynesianos de regulação do mercado sem, no entanto, obter êxito, dado que, no pós Segunda Guerra Mundial, o capitalismo encontrava-se numa fase de expansão, o que dava bases para as políticas keynesianas de regulação da economia e do trabalho. Com a crise do capital nos anos 1970, as ideias liberais retornam ao debate político e econômico por intermédio do neoliberalismo, propondo limites ao Estado intervencionista, este visto como um dos vetores principais da crise contemporânea do capitalismo (ALMEIDA; ALENCAR, 2001, p.99).

Nos anos 1980 diminui-se a capacidade do Estado como mediador das políticas sociais e a garantia de direitos, não conseguindo atender as demandas apresentadas, e com o fortalecimento da globalização as políticas perdem sua

autonomia. Em consequência, o Estado transfere seus interesses para a privatização, e por um conjunto de ineficiência na gestão a crise de 1980 surge por meio de uma dívida externa (BRESSER PEREIRA, 1997). Em meio à globalização, o mercado constrói seu espaço prevalecendo o desenvolvimento econômico, aumentando a produção dentro das empresas, desafiando o Estado a cumprir seu papel como protetor e executor das políticas sociais e ao mesmo tempo, responder interesses do capital. Essa dinâmica amplia a contradição existente entre o trabalhador e o capitalismo, exigindo do Estado uma reforma com relação a sua forma de governo e sua responsabilidade diante da sociedade e suas demandas, colocando em evidência os direitos sociais e sua ampliação. Com a revalorização do mercado, se exige uma construção ideológica acerca dos interesses coletivos, que venham prover o desenvolvimento do país em todos os aspectos: econômicos, sociais e políticos, para minimizar as desigualdades (MOTA, 1991; BRESSER PEREIRA, 1997).

Portanto, o fator que merece atenção para se compreender qual foi o real o motivo para ocorrência da Reforma do Estado, é justificada devido o aceleração da globalização, fazendo com que o Estado passe por uma crise que impede seu desenvolvimento econômico, conseqüentemente acontece o crescimento das taxas de inflação e das taxas de desemprego, postulando o processo de privatização e o aumento do poder do mercado nas relações sociais (BRESSER PEREIRA, 1997).

Essa crise econômica ocorreu devido à expansão e as transformações sociais e tecnológicas que afetam diretamente o modo de produção industrial, bem como a economia dos países e as relações sociais. Os impactos gerados pelas transformações industriais visam fortalecer o processo de desenvolvimento capitalista dando prioridade ao desenvolvimento do setor privado, por meio da articulação e relações entre Estado, mercado e sociedade. Essas transformações estão interligadas diretamente com a reformulação das práticas de administração pública, além da incapacidade de governança democrática do Estado, deve-se mediar os interesses do capital. Para o enfrentamento da crise, se faz necessário superar os avanços tecnológicos e também, responder as novas formas de ideologias vinculadas ao neoliberalismo (DINIZ, 1996).

Silva (2000) demonstrou que a Reforma do Estado surgiu a partir da má qualificação de governabilidade do Estado, acarretando na desvalorização das empresas estatais, justificando que o processo de privatização fosse a medida mais

adequada para movimentar a economia e reduzir a dívida do país. De modo geral, podemos caracterizar a Reforma baseado em Bresser Pereira (1997, p.17):

(...) recuperação da poupança pública e superação da crise fiscal; redefinição das formas de intervenção no econômico e no social através da contratação de organizações públicas não estatais para executar os serviços de educação, saúde, e cultura; e reforma administrativa pública com a implantação de uma administração pública gerencial. Reforma que significa transitar de um Estado que promove diretamente o desenvolvimento econômico e social para um Estado que atue como o regulador e facilitador ou financiador a fundo perdido desse desenvolvimento.

A crise dos anos 1980 primeiramente se caracterizou, como uma crise de governança, ou seja, uma crise fiscal. De acordo com Bresser Pereira (1997, p.78) “um estado em crise fiscal, com poupança negativa, sem recursos para realizar investimentos e manter em bom funcionamento políticas públicas existentes, muito menos para introduzir novas políticas públicas, é um Estado imobilizado”. É visível que diante dos avanços tecnológicos, se vê a necessidade de criar novos meios de administração da gestão pública, ações que venham responder as exigências da sociedade. Após o choque e consequências que o Brasil sofreu devido às crises econômicas e a incapacidade de governabilidade, viu-se a necessidade de estabilizar a economia, por meio de novos mecanismos administrativos.

O processo de desestatização no país iniciou na época do regime militar em 1979, apresentando características sociais e político. Em 1999 criou-se o Programa Nacional de Desestatização (PND), durante o governo de Fernando Collor, “que estabeleceu como principais metas de médio e longo prazo: a redução do endividamento público, a democratização do capital, a modernização e ampliação da competitividade interna e o aumento da eficiência na produção de bens e serviços” (COSTA, 1999, p.194). No governo de Fernando Henrique Cardoso concretizou-se a privatização como peça essencial para gerar maior investimento, a Lei Geral de n. 8.987, de 1995, “define as figuras de concessão de serviço público, precedida da execução da obra pública e permissão de serviço público, aplicando-se principalmente aos setores de energia elétrica e de transporte” (COSTA, 1999, p.196). A privatização de serviços públicos, segundo Abranches (1999), modificou a economia brasileira, acarretando em uma nova ordem a acumulação do capital.

A crise econômica dos anos de 1980 visava controlar a inflação e reduzir o déficit público, possibilitando um aumento na economia, a realização de novos

investimentos, ao mesmo tempo o objetivo da privatização no país era de reduzir o poder do Estado (COSTA, 1999). As novas mudanças no sistema produtivo permitiram que a ideologia neoliberal ganhasse espaço, trazendo autonomia para o mercado que ganha espaço e flexibilidade para o fortalecimento do setor privado (COSTA, 1999). A estrutura do Estado sofre modificações, trazendo uma nova forma de desenvolvimento econômico, trazendo a ideia que o processo de privatização é o modelo ideal para melhorar as formas de serviços públicos. Segundo Costa (1999), as formas de organização e produção da privatização, bem como seu modelo de administração, possibilitam o fortalecimento do controle e de fiscalização em relação às ações de gerenciamento do Estado nos serviços estatais.

No Brasil o processo de privatização iniciou-se na década de 1980 e concretizou-se na década de 1990 (MOTA, 1991), por meio do PND, que fortaleceu este processo, estimulando a desestatização. Dessa forma, as empresas estatais passam a ser transferidas ao setor privado. Setores como a siderurgia, empresas químicas, petroquímicas, fertilizantes, de cabotagem, gás, mineração de ferro, telecomunicação e eletricidade, passam ser administradas pelo capital privado (ALMEIDA; ALENCAR, 2001). A justificativa usada para o processo de privatização era de redução de gastos estatais e a estabilidade econômica do país.

De acordo com Costa (1999, p.198-199), o aceleração ao processo de privatização, justifica-se com a “impossibilidade do Estado continuar investindo em vários setores de sua atuação”, argumentando-se que a participação do capital na economia é significativa para responder as demandas da reprodução de matéria que movimentam o mercado. Entende-se que essas ações são estratégias financeiras, “de forma geral, a privatização aumentou a produção, o faturamento, o investimento, o lucro e a produtividade das empresas”. Por outro lado, a privatização acarretou na redução do número de empregados nas empresas, que conseqüentemente gerou o aumento da taxa de desemprego no país, prejudicando diversos grupos da sociedade (COSTA, 1999). Muitas empresas estatais que passaram pelo processo de privatização, foram vendidas através de leilões⁵, dessa forma, o governo deixa de participar das atividades lucrativas. De acordo com Costa (1999), “a falta de uma clara opção política em favor da privatização fez com que o período de 1979-90 se

⁵ “Os leilões regulados de geração e transmissão de energia são componentes fundamentais da nova legislação do Setor Elétrico Brasileiro, legislação esta introduzida pela Lei 10.848 de 2004.” (ACENDABRASIL 2012, p.2).

caracterizasse principalmente por ações que tentavam conter o crescimento extensivo da máquina estatal” (COSTA, 1999, p.202). É importante ressaltar que o processo de privatização mobilizou a resistência de diversos grupos sociais, pois as influências do modo de produção do capital geram a desigualdade social e transforma os meios de relações entre Estado, mercado e sociedade (COSTA, 1999, p.201).

(...) Considerando a crise que o país está atravessando, parece claro que estas dimensões contribuem significativamente para elevar as taxas de desemprego nacional. Como resultado, tais privatizações enfrentam e continuam a enfrentar uma forte oposição por partes dos sindicatos que não foram consultados durante o processo preparatório, e também por parte de alguns partidos de oposição.

No final dos anos de 1970, o país é caracterizado pela crise fiscal do Estado e o “conjunto de transformações econômicas, políticas, sociais, institucionais e culturais” (MOTA, 1995, p.88), transformando as relações da vida social. Onde as particularidades da classe trabalhadora se tornam evidentes e os mecanismos que regulam o Estado passam ser regulados pelo mercado, conseqüentemente afetam as ideologias que norteiam a economia e política da sociedade. Dessa forma, os direitos sociais e as políticas públicas sofrem mudanças, bem como a sua forma de gestão. Vale ressaltar que o campo de contradição e discussões acontece em meio à inserção e a crise do capital.

Compreende-se que as propostas feitas pela Reforma do Estado, possibilitam ao mercado o controle político sobre os recursos públicos, trazendo a não participação do Estado nas ações dos interesses privados. As exigências do capitalismo englobam a redução nos investimentos em políticas públicas, dessa forma, entende-se que o Estado passa ser um regulamentador e promotor de serviços públicos (SIMIONATTO, 1997).

A proposta de Reforma do Estado brasileiro remete uma falsa ideia de democratização, em que os mecanismos da promoção de serviços públicos são concentrados em interesses de instituições privadas, dando-lhe a incumbência como gestor desses bens, dessa forma, os serviços que deveriam ser garantidos como uns direitos presentes nas políticas sociais providenciadas pelo Estado exigem da população o pagamento pelo benefício. Sendo assim, os valores sociais que norteiam o direito universal e uma política de proteção social são distorcidas,

ocorrendo uma precarização dos serviços, gerando um aumento das desigualdades sociais, o desemprego e as demandas presentes. Nesse sentido, o projeto de Reforma do Estado recusa a democracia, reforçando a ineficácia do Estado como máquina estatal, à exigência de competência de governabilidade, requer mudanças em todos os seguimentos que compõem a sociedade, traçando um projeto que visa à garantia completa e de qualidade de serviços públicos qualificados a atender as demandas sociais e responder as exigências da política econômica (ANTUNES, 2004;SIMIONATTO, 1997).

A ideia da privatização busca delimitar o tamanho e as funções do Estado, como apontado por Bresser Pereira (1997), justificando que dessa forma, o Estado se torne “mais eficiente na realização de suas tarefas, para aliviar seu custo sobre as empresas nacionais que concorrem internacionalmente” (BRESSER PEREIRA, 1997.p.14). Essa autonomia do mercado indica:

“claramente a mercantilização dos direitos sociais e não a sua defesa; indicam uma retração do Estado de direito conseguido com a luta das forças democráticas brasileiras; indicam uma instrumentalização dos direitos pela racionalidade econômica; indicam um retrocesso na construção democrática e no exercício da cidadania” (SIMIONATTO, 1997, s/p).

Diante desse cenário, percebe-se que a sociedade civil fica em situação de vulnerabilidade, pois as propostas feitas pela Reforma do Estado indicam que o capitalismo domina as relações sociais, como forma de controle social e estratégias de orientações políticas. Essas formas de atuação implicam na diminuição do direito social para a classe social mais vulnerável da sociedade. Entende-se que esses meios focam na “defesa dos pobres ao rotular de inúteis e injustas as estruturas institucionais de proteção social presentes e futuras” (COSTA, 1997, p.16).

Bresser Pereira (1997, p.51) clarificou que é necessário que haja uma reforma política e cultural, que busca assegurar a capacidade do Estado de governabilidade e conscientizar a sociedade de fiscalizar as formas de governança de seus governantes:

(...) é contar com um sistema judiciário que não apenas faça a justiça entre os cidadãos e os defenda do Estado, mas que também saiba defender a república contra a cobiça dos cidadãos poderosos que querem privatizá-la; é contar com uma burocracia que abandone a prática do segredo e administre a coisa pública com total

transparência; é contar com um poder legislativo nacional relativamente imune ao clientelismo; é desenvolver sistemas de participação dos cidadãos no controle direto do Estado e das entidades públicas não estatais; é contar com um sistema mais transparente de financiamento das campanhas eleitorais; é desenvolver, enfim, sistemas de responsabilização dos políticos e da alta burocracia pública.

A Reforma política não pode estar apenas vinculada em interesses econômicos, mas principalmente nos indivíduos que compõem essa sociedade, suas formas de ações políticas e as ideologias que os norteiam, de acordo com Simionatto (1997 s/p):

(...) a Reforma do Estado passa uma ideia artificial de politização e de controle a ser exercido pela sociedade civil, principalmente dos segmentos de classe subalternizados que ainda não tiveram a oportunidade de construir uma cultura política que lhes possibilite intensificar as lutas sociais em favor de uma nova hegemonia.

No Brasil, o capitalismo trouxe diversas transformações, principalmente na década de 1990. Um cenário de grandes contradições e mudanças, que afetaram diversos espaços da sociedade, como também o modo de produção, as formas de executar políticas, a organização do trabalho, a exploração da força de trabalho, entre outras. Com as mudanças ocorridas no processo de produção produtiva, as empresas aderem uma nova forma organizacional, assim como, os novos modelos de tecnologia (ANTUNES, 2004). O objetivo do mercado é a obtenção de lucro, podendo influenciar diretamente nas relações sociais, bem como na dinâmica do trabalho vivo e do trabalho morto, afetando diretamente o modo de produção e o estilo e qualidade de vida do trabalhador. Nessa ótica, o discurso empresarial de estimular a reprodução da força de trabalho, fortalecendo a reprodução do capital, visando e promovendo a qualidade vida do trabalhador, para que o mesmo venha desempenhar suas tarefas sem que o modo de produção e os interesses do capital sejam afetados (MOTA, 1991). Mota (1991, p. 44) ratificou que:

(...) Com efeito, para o empresário, a qualidade de vida é uma imposição da reprodução da força de trabalho. Entretanto, é interessante observar que de uma só vez, são obtidos dois resultados com o mesmo investimento: um, a reprodução propriamente dita da força de trabalho; o outro, a transformação de uma prerrogativa da produção em uma ação humanitária. Isso se traduz nas apologias se favorecem com tal investimento. O trabalhador, porque viabiliza melhor o processo produtivo.

Nessa mesma lógica, a empresa cria uma imagem moral, visando fortalecer o vínculo entre o empregado e a empresa, buscando criar meios que estimulam o aumento da produtividade e ao mesmo tempo disponibilizar em forma de benefícios e pagamento de um salário, condições necessárias que venham possibilitar ao empregado suprir suas necessidades. Consequentemente o crescimento e a valorização dos interesses do capital refletem nas condições de vida do trabalhador, por essa razão as empresas criam programas que buscam garantir benefícios e ações que venham promover à “qualidade de vida”, para que o mesmo possa desempenhar seu papel na empresa com excelência sem que interfira no processo de produção.

2.1 O PROCESSO HISTÓRICO E AS MUDANÇAS OCORRIDAS NA EMPRESA ELETROSUL Centrais Elétricas S.A A PARTIR DA REFORMA DO ESTADO

No final do século XX, ocorre uma nova relação entre o Estado, empresas e mercado, como também, o desenvolvimento das forças produtivas. As mudanças aconteceram principalmente nas formas de atuação do Estado, onde ele passa de “provedor dos serviços públicos para regulador do mercado” (FARIAS 2006, p.5). Neste contexto, os serviços de energia elétrica no Brasil passam por transformações que propuseram novos mecanismos de gerenciamento, como inovações em sua estrutura. O processo de privatização no setor elétrico teve como objetivo, diminuir a presença do Estado como regulador do setor elétrico, transferindo a responsabilidade de gerência para as iniciativas privadas, justificando que esse meio seria uma forma de assegurar a qualidade da produção eficiente de energia, de forma que ela seja universal e acessível para todos (FARIAS, 2006).

Através da iniciativa privada de empresas de capital estrangeiro, o setor elétrico brasileiro desenvolveu-se no país no final da segunda Guerra Mundial (1939-1945), porém as ações políticas do governo apresentavam um caráter estatal, fazendo com que as empresas privadas tivessem dificuldades em adquirir um espaço para o seu desenvolvimento no país (CABRAL, 2008). Dessa forma, em 1943 inicia-se no país a criação da Comissão Estatal de Energia Elétrica (CEEE), com o intuito de gerar um sistema conjugado de usinas hidrelétricas e termoelétricas

(CABRAL, 2008). Com a criação do Ministério das Minas e Energia (MME)⁶ em 1960 e as instalações Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás⁷) ocorrem mudanças com relação às ações e os interesses do governo no setor elétrico, possibilitando a empresa gerar recursos e possibilitando ao Governo Federal investir no setor elétrico. Sendo assim, o Estado passa a ter o controle sobre as subsidiárias, sendo elas: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), criada em 1945; Central Elétrica de Furnas (1957); a Companhia Hidroelétrica do Vale da Paraíba (Chevap), criada em 1961 e a Termelétrica de Charqueadas (Temochar).

(...) Enquanto se realizava o inventário dos recursos energéticos do sudeste, já havia em curso dentro do ministério (MME), desde 1964, uma negociação para se estender os trabalhos da Canambra para toda Região Sul. As atividades começaram em 1966, mas o acordo formal entre o Brasil, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) - sucessor do Fundo Especial das Nações Unidas para o Desenvolvimento-, e o Banco Mundial foi assinado em agosto de 1967, estabelecendo o Programa do Desenvolvimento Energético para Região Sul- Plano de Operação (Planop) (ELETROSUL, 2008 p.13).

Como proposta, foi elaborado um projeto que visava o desenvolvimento energético no sul do Brasil, que foi posto em execução em 1966, abrangendo os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A geração de energia no sul do país foi caracterizada no início pela produção de carvão e de produção de energia elétrica à base de carvão-vapor na região de Santa Catarina, dessa forma, o sul do país apresentava um potencial em relação ao desenvolvimento de energia elétrica. Nesse sentido, em 1969 o relatório elaborado pela Canambra e enviado ao MME, estimulava a construção de três usinas hidrelétricas e uma termelétrica.

⁶ “Em 2003, a Lei nº 10.683/2003 definiu como competências do MME as áreas de geologia, recursos minerais e energéticos; aproveitamento da energia hidráulica; mineração e metalurgia; e petróleo, combustível e energia elétrica, incluindo a nuclear. A atual estrutura do Ministério foi regulamentada pelo decreto nº 7.798, de 12 de setembro de 2012. As Secretarias de Planejamento e Desenvolvimento Energético; de Energia Elétrica; de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis; e Geologia, Mineração e Transformação Mineral foram criadas pelo decreto nº 5.267, de 9 de dezembro de 2004” (MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA ELÉTRICA, 2014).

⁷ “O Ministério de Minas e Energia tem como empresas vinculadas a Eletrobrás e a Petrobras, que são de economia mista. A Eletrobrás, por sua vez, controla, as empresas Furnas Centrais Elétricas S.A., Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE), Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte), Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (Eletrosul) e Eletrobrás Termonuclear S.A (Eletronuclear)” (MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA ELÉTRICA, 2014).

Porém era enfatizado e estimulado o uso de desenvolvimento de ações estatais e não ações de empresas estrangeiras (CABRAL, 2008).

A partir destas iniciativas foi que surgiu uma empresa federal, a constituição das Centrais Elétricas do Sul do Brasil (Eletrosul), fundada em 23 de dezembro de 1968 com intuito de ser um mecanismo para expandir o sistema elétrico brasileiro. Formalizada pelo Decreto de nº. 64.395 de 23 de abril de 1969 a Eletrosul é caracterizada como sociedade anônima⁸ de economia mista⁹, de capital fechado, vinculado ao (MME) e subsidiária¹⁰ das Centrais Elétricas Brasileiras S.A Eletrobrás, respeitando as normas centralizadas na holding¹¹, no sentido de fortalecer o papel de coordenadora de planejamento, expansão, operação e interligação do sistema elétrico brasileiro.

(...) Assim como a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco-Chefes, no Nordeste, e a Central Elétrica de Furnas, no Sudeste- e, , mais tarde, em 1973, a Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte)-, a Eletrosul tinha a missão de funcionar como braço regional da Eletrobrás no Sul, com o objetivo de realizar estudos e projetos, construir e operar usinas e linhas de transmissão de energia elétrica e promover a integração de sistema elétrico ao resto do país (CABRAL, 2008, p.28).

A capacidade em geração de energia da Eletrosul passou a ser de suma importância para o país. Em 1980 a produção de energia da Empresa triplicou, conseqüentemente a sua área de abrangência aumentou, passando a atender o Estado do Mato Grosso do Sul, acarretando em mudanças na sua economia. O governo lançou em 1974 o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) que:

⁸ “Sociedade anônima (normalmente abreviado por S.A., SA ou S/A) é uma forma jurídica de constituição de empresas na qual o capital social não se encontra atribuída a um nome em específico, mas está dividido em ações que podem ser transacionadas livremente, sem necessidade de escritura pública ou outro ato notarial. Por ser uma cidade de capital, prevê a obtenção de lucros a serem distribuídos aos acionistas” (WIKIPÉDIA, 2014, s/p).

⁹ Economia mista, porque é a empresa na qual mais da metade das ações com direito a voto pertencem ao Estado e capital fechado, porque suas ações não podem ser negociadas em bolsa de valores ou mercado de balcão (CABRAL, 2008).

¹⁰ Uma empresa subsidiária é uma espécie de divisão menor de uma empresa que irá se encarregar de uma tarefa mais específica dentro do ramo de atividade da empresa à qual faz parte e à qual é subordinada.

¹¹ Holding é uma empresa que possui como atividade principal, a participação acionária majoritária em uma ou mais empresas, ou seja, uma empresa que possui a maioria das ações de outras empresas e que detém o controle de sua administração e políticas empresariais.

“que reafirmava as empresas estatais como pilares do processo de substituição de importações de insumos e bens de capital e da ambiciosa meta de manter taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) na ordem de 10% ao ano” (CABRAL, 2008, p.51).

No período de 1974 a 1978, houve um crescimento significativo de 11% no mercado de energia elétrica no país, que levou a construção de usinas de grande porte. No dia 19 março de 1976 foi inaugurado no sul do País, especificamente em Salto Osório- Paraná (Rio Iguaçu), a usina hidrelétrica, tendo um importante significado para o desenvolvimento da Empresa e a construção de outras usinas hidrelétricas.

Inicialmente, o setor elétrico brasileiro constituiu-se com iniciativas privadas articuladas com empresas de capital estrangeiro assim, a empresa surge como forma de sociedade anônima, com sede localizada em Brasília e seu escritório no Rio de Janeiro.

“Em meados dos anos 1970, a Eletrosul enfrentou um desafio diferente dos propostos pelas demandas econômicas e tecnológicas: o da mudança geográfica, provocada pela determinação do Ministério das Minas e Energia de que as sedes das subsidiárias da Eletrobrás ficassem dentro de suas áreas de atuação” (CABRAL, 2008, p.66).

Dessa forma, Florianópolis era indicada como região central para atender as demais regiões de alcance da Eletrosul, portanto, a sede é transferida em 1976 para Santa Catarina. Nesse período as mudanças econômicas e políticas influenciam diretamente o setor elétrico brasileiro fazendo com que as empresas tenham dificuldades de realizar empréstimos para dar sustentabilidade aos seus investimentos públicos e privados. É importante ressaltar que nessa mesma época as áreas de abrangência da Eletrosul são ampliadas, porém, devido à crise econômica muitos dos seus projetos foram interrompidos.

(...) Mas o país acusava o golpe do endividamento externo, na casa dos 30 bilhões de dólares, agravado ainda pelo novo choque do petróleo, em 1979. Para o período de 1974 a 1979, estimava-se que o PIB aumentaria 10% ao ano, mas, na verdade, o incremento foi de 6,7%. O governo não conseguiu desestimular o crescimento do setor de bens duráveis em favor do de bens de capital, como preconizava o II PND, e viu a dívida interna subir com a especulação no mercado financeiro (ELETROSUL, 2008, p.71).

A partir dessa realidade econômica do país, ocorrem mudanças na gestão da Empresa, a crise econômica internacional afeta o Brasil em diversos setores, bem como setor elétrico nacional. Isso ocorre devido à alta aceleração da inflação que chega 100% ao ano, como também, a baixa taxa de crescimento econômico. O aumento das taxas de juros internacionais aumenta a dívida da Eletrosul, dessa forma, o III Plano Nacional de Desenvolvimento (III PND), implantado no Governo de João Figueiredo (1979-1985), cria meios com o intuito de controlar o desequilíbrio externo e a inflação, tornando o setor elétrico brasileiro impotente em meio à crise econômica (CABRAL, 2008.).

Por meio da promulgação da Constituição Federal de 1988, o setor financeiro sofre algumas mudanças, devido “a extinção do Imposto Único Sobre Energia Elétrica (IUEE) e o aumento do Imposto de Renda cobrado das empresas de energia elétrica”, (CABRAL 2008, p.76) ocasionando grandes prejuízos financeiros para Eletrosul como também as subsidiárias da Eletrobrás. Dessa forma, houve uma necessidade da elaboração de um “plano de suprimentos aos requisitos de energia elétrica, reafirmando seu caráter centralizador” (CABRAL, 2008, p.76). Com a criação do Plano 2000, divulgado pela Eletrobrás, criou-se ações que estimulavam a ampliação da geração e transmissão de energia, devido o crescimento do consumo de energia elétrica em 1981 (CABRAL, 2008).

O governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) tem uma iniciativa de reduzir a participação do Estado em relação ao andamento da privatização das empresas públicas, com isso, a Empresa adota ações que buscam identificar quais são as medidas necessárias para a ocorrência da privatização. Com o intuito de reduzir despesas, o governo adota medidas políticas que visam à redução do poder do Estado, com o foco na privatização de empresas públicas. (COSTA, 1999; CABRAL, 2008). Em 1997 a Eletrosul ficou com 30% das atividades das Centrais Geradoras do Sul do Brasil (Gerasul), e após um ano ficou conhecida como Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil (Eletrosul), com um quadro funcional de 1.325 empregados. A crise no setor elétrico brasileiro, segundo Costa (1999) se dá por meio do processo de privatização que visava:

(...) no plano geral, como uma forma de reduzir o poder do Estado sobre o processo de alocação dos recursos no sistema produtivo; no plano intermediário, como forma de estancar a sangria financeira imposta ao Tesouro por empresas estatais deficitárias; no plano

microeconômico, como forma de eliminar o efeito da ineficiência alocativa do estado sobre a administração de empresas estatais, deficitárias ou não, que tenderia a reduzir sua capacidade de corresponder aos padrões tecnológicos competitivos vigentes na economia mundial (COSTA, 1999, p.3).

Mediante essas ações a Empresa ajustava as diretrizes do governo de Collor, baseada em um aparato institucional e uma política de privatização (CABRAL, 2008). Com o fortalecimento à privatização, a Eletrosul se torna no governo de Fernando Henrique Cardoso, a “primeira geradora federal privatizada”, procedimento que seria adotado nas demais empresas de energia elétrica (CABRAL, 2008, p.100). O processo de privatização da Eletrosul aconteceu em outubro de 1997, decretado pela Resolução de n. 856 da Eletrobrás, que a dividiu em duas empresas, a Eletrosul ficou responsável pela transmissão de energia e a “Centrais Geradoras do Sul do Brasil (Gerasul) assumiu a responsabilidade pelas atividades e negócios na Região Sul e Mato Grosso do Sul” (CABRAL, 2008, p.99), responsável pela geração de energia. Em 1990, foi instituído o Programa Nacional de Desestatização- PND, que tinha como foco a venda das empresas estatais, o que possibilitou o mercado como gestor da economia do país, onde foi enfatizado e concretizado no governo do Fernando Henrique Cardoso (FHC), dessa forma a Eletrosul foi incluída no programa do PND. A Eletrosul começa a desempenhar seu papel de transmissão e de geração de energia elétrica, regulamentada pelo Decreto n. 5.163 de 30 de julho de 2004. Passou a ser chamada Eletrosul Centrais Elétricas S.A, retomando sua identidade como de geração e transmissão de energia elétrica. Em 1998 a Gerasul é privatizada, “foi arrematada pelo único concorrente do leilão, o grupo belga Tractebel” (CABRAL, 2008, p.104).

(...) Os sindicatos tentaram resistir à privatização, mas não conseguiram evitá-la. Em novembro de 1997, integrantes do Movimento Unificado contra a Privatização (Mucap) ocuparam a sede da Eletrosul e impediram a realização da primeira assembleia que iria cindir a empresa. Na segunda assembleia, mais uma tentativa do movimento, dessa vez frustrada (CABRAL, 2008, p.104).

Com a eleição do presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006; 2007-2010), a forma de política passa por transformações, buscando valorizar as empresas estatais e não de acordo com as formas de gerenciamento da privatização. Com a crise do setor elétrico de 1999 a 2002, foi necessário

estabelecer novas formas, buscando o fortalecimento do setor no Brasil (CABRAL, 2008).

(...) O modelo reformulado se propunha a garantir o suprimento do mercado e a expansão do setor, ancoradas na justa remuneração dos investimentos e na universalização do acesso aos serviços de energia elétrica. A promoção da modicidade tarifária era um dos pontos chaves para viabilizar o projeto do governo Lula. Dessa forma, as principais oportunidades de negócios passaram a estar ligadas aos leilões de concessão para novos empreendimentos de geração e transmissão. O executivo foi restaurado em sua função de poder concedente, papel atribuído ao Ministério de Minas e Energia (MME). As estatais voltaram a ser vistas como ferramentas para desenvolver políticas e manter a qualidade do setor, e sua presença nos leilões garantiu a competição (CABRAL, 2008, p.121).

Atualmente a Eletrosul atua na geração e transmissão de energia elétrica, realizando suas atividades no estado do Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia e Santa Catarina. Promove ações que tenham como foco a cidadania e a inclusão social, atuando dentro da lógica de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), ocorrendo assim, um impacto de mudanças tanto no meio ambiente como também, no desenvolvimento econômico, social e cultural da sociedade ou na comunidade que está inserida. Portanto suas ações estão interligadas com o compromisso da empresa com questões econômicas, sociais e ambientais, contribuindo assim de forma voluntária para a construção da sociedade. “É neste contexto que a Eletrosul se junta aos movimentos mundiais em busca da sustentabilidade, aderindo a compromissos globais (Pacto Global e Metas de Desenvolvimento do Milênio)” (ELETROSUL, 2014).

Com o aumento dos investimentos estatais no setor elétrico brasileiro, e as aquisições de hidrelétricas nos períodos de 1968 a 1973, a Empresa busca se expandir, dessa forma, observa-se a necessidade da criação de instrumentos e ações que tenham o intuito de proteger o empregado, conseqüentemente, a Eletrosul constrói a Previdência e Assistência Social, cujo objetivo é beneficiar os próprios empregados da Empresa (CABRAL, 2008). Ao longo dos 46 anos de empresa, a Eletrosul, atendeu cerca de “29 milhões de pessoas em uma região que representa 18,1% do mercado nacional de energia elétrica e produz 19% do Produto Interno Bruto (PIB)” (CABRAL, 2008, p.01).

Composta por um quadro funcional de aproximados mil seiscentos e sessenta e nove profissionais e que atuam nos cinco estados de abrangência, a Empresa, é

organizada de forma hierarquizada e formal, estruturada e administrada por uma Direção Executiva, vinculada ao Conselho de Administração e composta pelo Diretor Presidente, Diretor de Engenharia, Diretor Financeiro, Diretor de Operação e Diretor Administrativo. É disposta também por unidades funcionais como: departamentos, divisões e setores, buscando criar ações que visam atingir e cumprir as metas da empresa, como também, enfatiza e valoriza o emprego e suas operações de trabalho e o compromisso com a responsabilidade social. Sua meta para 2015 é de “ser uma empresa sustentável e competitiva, padrão de excelência na prestação de serviços em energia elétrica” (ELETROSUL, 2014).

2.2 A ELETROSUL E A RELAÇÃO COM OS TRABALHADORES

Diante do contexto explanado, a Empresa Eletrosul dispõe em seu quadro funcional aproximadamente mil seiscentos e sessenta e nove (1.669) empregados, dos quais duzentos e noventa e dois (292) são anistiado¹² e o restante dos empregados, são empregados públicos¹³ que entraram por meio de um concurso público. A empresa conta também com quinhentos e vinte e nove Prestadores de Serviços Terceirizados (PST), cento e dez estagiários e quinze Jovens Aprendizizes¹⁴. Cabe destacar também que os profissionais Técnicos de Manutenção com formação de nível técnico do sexo masculino são predominantes em números quantitativos no quadro funcional da empresa. A Norma de Gestão Empresarial (NG-018) tem como finalidade estabelecer diretrizes para concessão de benefícios, aplicando-se a todos

¹²“Os demitidos do Governo Collor foram anistiados pelo Governo Itamar Franco, por meio da Lei 8878/94, que institui uma Comissão Especial de Anistia, concedendo direitos aos demitidos sem justa causa, com o objetivo de reintegrar esses servidores” (RONDONIAOVIVO, 2014).

¹³“os empregados públicos ocupam empregos públicos, subordinados às normas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e são contratados por prazo indeterminado para exercício de funções na administração direta, autárquica e fundacional” (Emenda N.º 19/1998).

¹⁴“A Lei de nº 10.097/2007, ampliada pelo Decreto Federal nº 5.598/2005, determina que todas as empresas de médio e grande porte contratem um número de aprendizizes equivalentes a um mínimo de 5% e um máximo de 15% de seu quadro de funcionários cujas funções demandem formação profissional (MTE,2013). Atualmente, na Eletrosul (sede-Florianópolis), participam efetivamente do programa 15 jovens, na faixa etária entre 14 a 24 anos. Os jovens frequentam, diariamente, 4 horas de Cursos no SENAI e 3 horas, desenvolvendo atividades práticas na Empresa, durante o período de 12 meses” (ELETROSUL,2014).

os diretores, empregados e dependentes e aos dirigentes do Conselho de Administração (Prestadores de Serviços Terceirizados, estagiários e Jovens Aprendizizes não estão incluídos no benefício).

Diante desse cenário funcional, o Plano Eletrosul de Segurança do Trabalho, Saúde Ocupacional Acompanhamento Social-PESSOAS da Eletrosul, tem como foco a saúde do trabalhador, buscando contemplar os riscos emergentes do trabalho. Assim se criam medidas preventivas e de proteção à classe trabalhadora, diminuindo esses ímpetos presentes. Vale ressaltar que as empresas têm por natureza gerar lucro, por isso é fundamental que se desenvolvam ações que possibilitam a garantia da saúde integral aos seus trabalhadores.

(...) No contexto do trabalho esta abordagem pode ser associada à ética da condição humana. Esta ética busca desde a identificação, eliminação, neutralização ou controle de riscos ocupacionais observáveis no ambiente físico, padrões de relações de trabalho, carga física e mental requerida para cada atividade, implicações políticas e ideológicas, dinâmica da liderança empresarial e do poder formal até o significado do trabalho em si, relacionamento e satisfação no trabalho (FRANÇA, 1997, p. 80).

A dinâmica do mundo do trabalho, especificamente na relação do trabalhador com a empresa, encontra-se em um contexto onde se cria ferramentas que possibilitam uma organização entre essas relações, como forma de gestão. Assim são implementados nas empresas programas que buscam a qualidade de vida de seus empregados e dependentes, conforme França:

(...) Qualidade de vida no trabalho (QVT) é o conjunto das ações de uma empresa que envolve a implantação de melhorias e inovações gerenciais e tecnológicas no ambiente de trabalho. A construção da qualidade de vida no trabalho ocorre a partir do momento em que se olha a empresa e as pessoas como um todo, o que chamamos de enfoque biopsicossocial. O posicionamento biopsicossocial representa o fator diferencial para a realização de diagnóstico, campanhas, criação de serviços e implantação de projetos voltados para a preservação e desenvolvimento das pessoas, durante o trabalho na empresa (1997, p.80).

Essa preocupação com a saúde do trabalhador no Brasil inicia no período da década de 1930, por meio de uma intervenção estatal, que surgiu nos países centrais (Alemanha, França e Inglaterra), inserindo a assistência à saúde do trabalhador, tendo como objetivo priorizar a ordem social capitalista e mediar as

relações sociais entre o Estado, sociedade e mercado (BRAVO, 2006). É através de mudanças políticas e econômicas que é efetivado no Brasil a assistência à saúde aos trabalhadores, que surgiu por meio dos movimentos sociais, voltado a responder as expressões das questões sociais que aumentam devido às exigências do capital, em que a economia do país muda de agroexportadora para uma economia industrial (BRAVO, 2006).

Com o intuito de ampliar os benefícios aos trabalhadores cria-se em 1923, as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs), em que o foco era possibilitar a assistência médica e/ou situações inspiradas da vida. Como forma de garantir os benefícios e serviços as “categorias de assalariados urbanos”, é implementado também em 1930, os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs). Dessa forma, entende-se que é por meio da intervenção do Estado que surgem no Brasil as políticas sociais, como respostas às demandas da classe trabalhadora (BRAVO, 2006, p.92).

No caso da Eletrosul os trabalhadores têm seus benefícios concedidos de acordo com a Norma de Gestão Empresarial da Eletrosul (NG-18) onde são encaminhados a diversos programas. A NG-18 (2014) tem como finalidade “estabelecer diretrizes para concessão de benefícios¹⁵”, abrangendo tantos os diretores, trabalhadores e dependentes respeitando a CLT. A referida norma concede os seguintes benefícios:

- Auxílio-creche: “auxílio financeiro para ressarcimento, integral ou parcial, de despesas com educação, concedido aos empregados com dependentes até 6 anos de idade, inclusive”.
- Auxílio- alimentação: “auxílio financeiro por documento de legitimação, que visa proporcionar a melhoria da situação nutricional do empregado, promovendo sua saúde e prevenindo doenças profissionais, por meio de refeições ou gêneros alimentícios”.
- Autodesenvolvimento: “auxílio financeiro para ressarcimento de despesas com educação, concedido aos empregados, para participação em curso de ensino médio, médio-técnico e superior”.

¹⁵ Benefícios: “são meios de apoio social, concedidos por legislação, normas internas da empresa ou acordos coletivos de trabalho aos empregados e dependentes”. Benefícios legais: “concedidos por determinação vigente no país”. Benefícios assistenciais: “concedidos por liberdade da Empresa”. (ELETROSUL, 2014, s/p).

- Plano de Saúde: “plano de assistência financeira para cobertura parcial das despesas de saúde, respeitando o rol de procedimentos previstos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) ¹⁶e cobertura complementares, por meio do Sistema de Credenciamento ¹⁷e Sistema de Reembolso”.
- Carta-compromisso: “garantia financeira concedida aos profissionais e/ou instituições prestadoras de serviço, para cobrir despesas em saúde”.
- Financiamento especial: “empréstimos concedido pela Empresa para a cobertura de despesas decorrentes de tratamento realizados em outra localidade de maior recurso científico ou tecnológico no país ou no exterior, quando justificado por laudo médico”.
- Financiamento normal: “parcela das despesas cobertas pelo plano de saúde, de responsabilidade do empregado, financiado pela Empresa e amortizado mensalmente”.
- Tratamento de saúde de alto custo: “tratamento de doença rara ou complexa, condição exigente da realização de procedimentos de alto risco e alto custo”.
- Vale-transporte: “auxílio financeiro, por documento de legitimação, para o deslocamento dos empregados, no trajeto residência/trabalho/residência, por meio do sistema de transporte coletivo público”.

Os benefícios oferecidos pela Empresa aos empregados, relacionadas às questões de saúde, estão vinculados às metas estratégicas do Plano Eletrosul de Segurança do Trabalho, Saúde Ocupacional de Acompanhamento Social (PESSOAS), independentemente às áreas de atuação da Eletrosul, bem como o vínculo empregatício, e com o Plano de Saúde oferecido pela Empresa aos empregados. De acordo com a NG18 compreende que os serviços de saúde e assistências oferecidos são:

- a) Assistência médica;

¹⁶ “A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) é a agência reguladora vinculada ao Ministério da Saúde responsável pelo setor de planos de saúde no Brasil.”(ANS,2014).

¹⁷ Sistema de credenciamento: “auxílio financeiro decorrente da utilização de profissionais e/ou instituição credenciadas direta ou indiretamente pela Empresa, para o atendimento em saúde”. Sistema de reembolso: “auxílio financeiro decorrente da utilização de profissionais e/ou instituições de livre escolha do empregado, não credenciados pela Empresa, para o atendimento em saúde”. (ELETROSUL, 2014, s/p).

- b) Assistência odontológica;
- c) Assistência farmacêutica;
- d) Assistência laboratorial, radiologia/imagem;
- e) Assistência fisioterápica;
- f) Assistência psicológica, psiquiátrica e fonoaudiológica;
- g) Assistência nutricional;
- h) Assistência órteses e próteses;
- i) Assistência às pessoas com deficiência
- j) Assistência a tratamentos de altos custos;
- k) Assistência às pessoas com dependência de álcool/ou outras drogas.

O PESSOAS, desenvolvido pela equipe da Divisão de Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional (DVSS) têm por objetivo desenvolver ações que visam “a preservação da integridade e bem estar de cada empregado e da força de trabalho como um todo, fundamental para atender a missão e visão empresarial”. (ELETROSUL, 2014). Os programas e ações oferecidos pelo PESSOAS são: Programa de ergonomia, Programa de prevenção e tratamento ao uso de álcool e de outras drogas (PRAD), Programa qualidade de vida, Programa saúde é vida, Programa terceira de primeira- 3D1, atendimentos sociais aos trabalhadores afastados por auxílio-doença ou acidente de trabalho, Programa de reabilitação funcional, Programa de remanejamento da população e reorganização das áreas remanescentes, Programa de orientação para a aposentadoria (POPA), Programa de acompanhamento funcional, Programa de gestão do clima organizacional, Programa de acompanhamento aos novos empregados, Sindicância para inclusão de dependentes, e Programa de atendimento às pessoas com deficiência (PAPD) (ELETROSUL, 2014). De forma breve, apresenta-se a caracterização de alguns desses programas.

O Programa qualidade de vida propõe acompanhar os técnicos eletricitistas, técnicos de manutenção de linhas de transmissão, equipamentos proteção e telecomunicação, que atuam nas áreas de abrangência da Eletrosul. Com o acompanhamento individual e específico, busca-se assegurar a segurança pessoal e profissional do trabalhador e através de entrevistas psicossociais e do instrumento auxiliar de diagnóstico de indicadores críticos no trabalho, é possível realizar tal ação (ELETROSUL, 2014). Destacamos algumas ações do Programa: avaliação do

saúde; acompanhamento do serviço social; acompanhamento funcional; acompanhamento de segurança de trabalho; encontros de qualidade de vida; avaliação e condicionamento físico (ELETROSUL, 2014).

O Programa Ergonomia surge com o intuito de elaborar programas diários que tem como foco a melhoria do bem-estar do trabalhador. Algumas ações são; ginástica laboral; análises ergonômicas de trabalho/postos de trabalho; oficinas de saúde (ELETROSUL, 2014).

O Programa de atendimento aos empregados afastados por auxílio doença ou acidente de trabalho, tem o foco de disponibilizar as informações necessárias que venham garantir e orientar acerca de seus direitos trabalhistas previstos na CLT, além de acompanhar o trabalhador afastado durante o período de afastamento. Este acompanhamento dá-se através de visitas domiciliares e/ou hospitalares e contatos telefônicos com os empregados e/ou familiares.

O Processo de sindicância para inclusão de dependentes, previsto em Norma e Procedimento de Gestão Empresarial (NG- 047) consiste na análise de documentos e informações com o objetivo de inclusão de pais e crianças/adolescentes que estejam sob a dependência econômica do empregado para o uso do plano de recuperação da saúde, oferecido pela Eletrosul.

O Programa de remanejamento da população e reorganização das áreas remanescentes, que envolve profissionais de outras áreas da Empresa (ambiental, jurídica, etc.), se concretiza com o objetivo de “minimizar o estresse emocional que pode ser causado pelo rompimento de laços sociais e também auxiliar as famílias no processo de reinserção social e adaptação no novo local de moradia.” Suas ações são: estabelecer diretrizes para a atuação dos técnicos envolvidos; coletar e cadastrar informações sobre as famílias realocadas; registrar características dos locais de origem e destino das famílias; prestar assistência técnica às famílias realocadas; incentivar práticas de agroecologia e preservação ambiental; contribuir para a melhoria da qualidade de vida das famílias assistidas; identificar potenciais parceiras institucionais; subsidiar futuros monitoramentos da população.

Já o intuito do Programa Terceira de Primeira -3D1, é “desenvolve ações que assegurem o respeito e a proteção ao direito á saúde, a integridade dos empregados das empresas contratadas e das pessoas físicas prestadoras de serviços” (ELETROSUL, 2014, s/p).

O Programa de prevenção e tratamento à dependência do álcool e outras drogas (PRAD), foi inserido na Empresa em 1994 e tem como objetivo ações educativas que venham esclarecer e orientar os empregados e seus dependentes para a prevenção do uso abusivo de álcool e outras drogas, além de proporcionar o acesso a um tratamento adequado ao o dependente químico.

O Programa de orientação para aposentadoria (POPA) tem como objetivo “oportunizar um processo de reflexão sobre os aspectos biológicos, sociais, culturais, psicológicos, políticos e econômicos que antecedem a aposentadoria” (ELETROSUL, 2014, s/p).

Através do Programa de gestão do clima organizacional é elaborado um plano de ação baseado nas respostas obtidas na Pesquisa de Clima Organizacional realizando no grupo das Empresas Eletrobrás. A Pesquisa proporciona uma visão ampla dos “níveis de satisfação, motivação e relação de trabalho, exercendo influencia no comportamento individual e organizacional” (PESSOAS, 2014, s/p).

E por fim o Programa de atendimento à pessoa com deficiência (PAPD) – que será o foco de análise deste trabalho na seção a seguir - integra as ações previstas no PESSOAS, com o objetivo de abranger ações de assistência a reabilitação, educacional e especial aos empregados e seus dependentes que dele necessitar.

Os programas e ações na área de saúde do trabalhador nascem como forma de proteção, compreendida como uma “área de conhecimento e aplicação técnica que dá conta do entendimento dos múltiplos fatores que afetam a saúde dos trabalhadores e seus familiares” (TAMBELLINI 1985). Esses fatores acontecem por meio das exigências e pressão do capital. Segundo o Ministério da Saúde (1985, s/p):

(...) O termo saúde do trabalhador refere-se a um campo do saber que visa compreender as relações entre o trabalho e o processo saúde/doença. Nesta acepção, considera a saúde e a doença como processos dinâmicos, estreitamente articulados com os modos de desenvolvimento produtivo da humanidade em determinado momento histórico. Parte do princípio de que a forma de inserção dos homens, mulheres e crianças nos espaços de trabalho contribui decisivamente para formas específicas de adoecer e morrer. (BRASIL, 2001, p.7).

O conceito de saúde do trabalhador depende de fatores sociais, econômicos, tecnológicos e organizacionais, dessa forma, entende-se que a promoção e a proteção da melhoria da qualidade de vida do trabalhador, implica no fácil acesso

em questões como, renda, transporte, alimentação, moradia, saneamento básico, lazer, ambiente de trabalho saudável, entre outras (BRASIL, 1998). As transformações no mundo do trabalho e sua repercussão na saúde do trabalhador estão vinculadas a como são desempenhadas e divididas as atividades, ou em relação à pressão da chefia por produtividade e disciplina, exigindo que o empregado seja proativo, onde muitas vezes os ambientes físicos são inapropriados e/ou o esforço físico intenso colocando a qualidade de vida do trabalhador em risco, entre outros. Consequentemente o trabalhador acaba tendo um desgaste físico, psicológico, social e econômico. Não ignorando o progresso alcançado pelo processo de luta da sociedade civil e sindicalização dos trabalhadores, porém diante desse contexto, observa-se que a saúde do trabalhador está interligada com a ampliação do sistema capitalista de produção, bem como os avanços tecnológicos, bem como outros consequentes da industrialização.

SEÇÃO II

3. O PROGRAMA DE ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA E AS POSSIBILIDADES DE ATENÇÃO AOS TRABALHADORES BENEFICIÁRIOS

3.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO

Para um melhor embasamento e resposta ao tema proposto nesse trabalho, utilizou-se a pesquisa de caráter qualitativa com coleta de dados, uma vez que se realizou contato junto aos empregados e ou dependentes beneficiários do PAPD da Eletrosul visando discutir os benefícios concedidos pelo referido Programa.

As técnicas utilizadas para a coleta de dados foram: pesquisa documental, observação, entrevista e a aplicação de um questionário.

A pesquisa documental foi composta de informações adquiridas pelos profissionais de Serviço Social inseridos na Eletrosul e materiais fornecidos pela empresa, como normas, legislações e relatórios, assim como livro e artigos acadêmicos publicados na área do objeto de estudo.

A observação participante foi um instrumento essencial para a coleta de dados, que ocorreu durante o período de estágio obrigatório I e II, compreendidos entre os meses de abril e novembro de 2014. Essa observação se deu nas reuniões mensais com os beneficiários do PAPD, bem com nos atendimentos individuais com as Assistentes Sociais da empresa. Assim pode-se afirmar que, “a observação ajuda o pesquisador a identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.191).

A entrevista por sua vez, nos fornece informações secundárias e primárias acerca do entrevistado (MINAYO, 2012). Segundo a autora as informações secundárias e primárias significam que:

(...) os primeiros dizem respeito a fatos que o pesquisador poderia conseguir por meio de outras fontes como censos, estatísticas, registros civis, documentos, atestados de óbitos e outros; os segundo - que são objetos principais da investigação qualitativa – referem-se a informações diretamente construídas no diálogo com o indivíduo entrevistado e tratam da reflexão do próprio sujeito sobre a realidade que vivencia (MINAYO, 2012, p.65).

A coleta de dados foi realizada com a autorização da Empresa e executada em três etapas. A primeira e segunda etapa ocorreu a partir de dados adquiridos por pesquisas documentais como laudos e relatórios dos beneficiados e a participação nas reuniões mensais que o programa proporciona. A terceira etapa aconteceu por meio da aplicação de instrumento composto por 12 questões abertas e fechadas, portanto uma ferramenta qualitativa.

A entrevista foi realizada presencialmente ou encaminhada por e-mail, aos empregados interessados em participar da pesquisa. O objetivo da entrevista foi à aproximação com o empregado e sua dinâmica familiar, bem como, o conhecimento de suas necessidades e de compreender a importância deste benefício na vida deles e de seus familiares, dessa forma, pode-se usar a pesquisa como um instrumento de avaliação da qualidade do Programa de Atendimento à Pessoa com Deficiência-PAPD.

3.2 O PROGRAMA DE ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA ELEMENTOS PARA PENSAR A ATENÇÃO AOS TRABALHADORES BENEFICIÁRIOS

O Programa de Atendimento à Pessoa com Deficiência-PAPD, iniciou na Eletrosul em 1990 por meio de um acordo coletivo e foi estabelecido na Norma de Gestão Empresarial 018 (NG-018) - Benefícios e Assistência Social, que busca promover a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e seus dependentes. O benefício atende as necessidades biopsicossociais e financeiras decorrentes do tratamento de saúde e reabilitação destinadas à pessoa com deficiência. O Programa visa garantir à pessoa com deficiência (empregado ou dependente) uma vida digna com acesso igualitário à saúde, educação, informação, ao trabalho e ao lazer. Isso acontece através das ações previstas no PESSOAS, tendo o objetivo de abranger ações de Assistência, Reabilitação, Educacional e Especial. O PAPD é coordenado por profissionais do Serviço Social e executado também por da DVSS e do Departamento de Gestão de Pessoas (DGP. As ações desenvolvidas pelos profissionais são tanto na análise para a inclusão no Programa, bem como, a autorização do reembolso e acompanhamento social. O trabalhador ou dependente vinculado ao Programa precisa entrar nos critérios estabelecidos no Decreto de n.

5.296 de 02/12/2004 que define deficiência como “toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividades, dentro do padrão considerado normal par ao Ser Humano” (BRASIL, 1999).

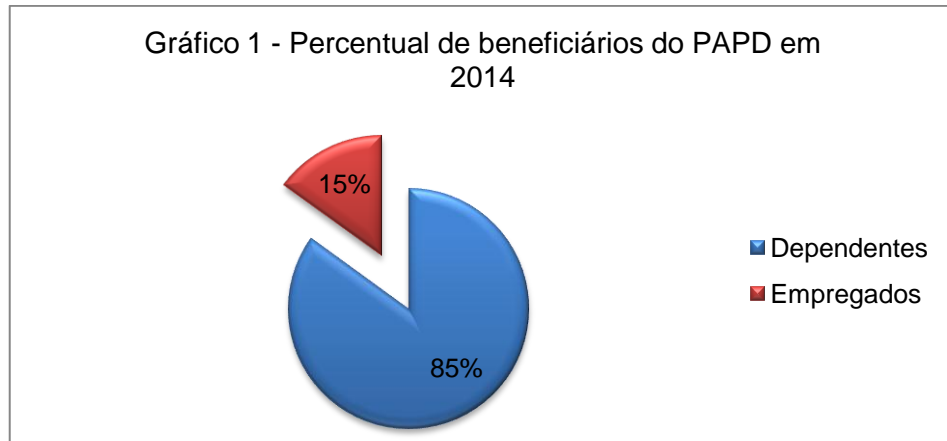
Dentre as ações desenvolvidas pelo Programa destacamos:

1. As reuniões com grupo de pais, dependentes e responsáveis pela pessoa com deficiência, ocorrem mensalmente, tendo como finalidade construir em conjunto com os pais e dependentes ações que possibilitam a troca de informações acerca da dinâmica familiar (práticas do cotidiano), criando assim, alternativas que venham dar a possibilidade de sua emancipação e inclusão, tanto da pessoa com deficiência como do cuidador. Entende-se que a partir dessa problematização, que a Pessoa com Deficiência e seus familiares enfrentam, é possível criar mecanismos que os auxiliem a encarar de maneira adaptável e integrada as diferentes formas de se viver a deficiência. Em conjunto com o grupo é possível construir uma proposta de integração e participação integral da Pessoa com Deficiência e sua família na sociedade atual. Com intuito de estimular a participação dos empregados nas reuniões, são abordados temas que instigam o interesse dos participantes nas reuniões. Ex: Cuidador social agregando funções que são necessários na rotina do dependente, dentro do contexto terapêutico; Medos e incerteza. Relato de pais que solucionaram seus problemas; entre outros.
2. O Acompanhamento realizado pela equipe composta pelos profissionais dos Setores de Saúde Ocupacional (SESAO) e de Acompanhamento Funcional e Social (SEAFS), situados na DVSS. A equipe é composta por dois psicólogos e seis assistentes sociais, dois médicos do trabalho e dois enfermeiros. O fazer dos profissionais consiste em executar ações educativas e preventivas, enfatizando a qualidade de vida e as condições de trabalho do empregado e seus dependentes, esclarecendo seus direitos sociais e como acessá-los.

De acordo com o PESSOAS (ELETROSUL 2014. s/p), os objetivos do PAPD são:

- “Participar do desenvolvimento de projeto de pesquisa, visando criar alternativas que envolvam a comunicação, aprendizagem, ensino à distância e desenvolvimento de software ligado ao desenvolvimento da linguagem da pessoa com deficiência, como equipamentos que contribuam para o processo de inclusão social e mercado de trabalho”;
- “Desenvolver, em parceria com INSS, o processo de Readaptação Profissional de pessoa com deficiência e de outras empresas, que não tenham como ser reabilitados nas mesmas”;
- “Viabilizar juntamente com os profissionais de saúde da Empresa e apoio de um profissional de Educação Física “Pró Ativo” de atendimento especializado à Pessoa com Deficiência”;
- “Fortalecer a rede social de atendimento à Pessoa com Deficiência, por intermédio de visitas às instituições e entidades de assistência à Pessoa com Deficiência”;
- “Oportunizar a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência e de seus familiares”;
- “Buscar a criação, padronização e adequação de acessibilidade a todas as pessoas com deficiência, nas áreas de atuação da Empresa”;
- “Estimular os participantes do grupo, frente às limitações e possibilidades, a participarem de eventos externos sociais e esportivos na comunidade onde estão inseridos”.

Conforme o Gráfico 1 verificou-se, que atualmente, sessenta e seis (66) empregados e dependentes são beneficiados pelo PAPD, sendo que cinquenta e seis (56) são dependentes e dez (10) são empregados da empresa.



Fonte: Dados do PAPD/ELETROSUL (2014).

A partir do Gráfico 1 observa-se que apenas 15% das pessoas atendidas pelo Programa são empregados com deficiência, havendo assim, uma concentração de 85% de dependentes que utilizam o benefício¹⁸. Desse modo, percebemos que o benefício assistencial para à pessoa com deficiência, concedido pela Eletrosul, tem o intuito de atender um público alvo específico, bem como, aspectos peculiares dos empregados e objetivos exclusivos da empresa.

Vale relatar, que o empregado é visto pelas empresas como um capital intelectual, onde exercem funções significativas nas organizações empresariais, desse modo, as empresas concedem benefícios como complemento da sua remuneração, com a finalidade de manter a mão de obra do beneficiado. Como forma de reduzir suas obrigações tributárias, por causa das altas taxas de impostos, as empresas dispõem programas de benefícios sociais (FLIPPO, 1972). De acordo com Chiavenato (1991, p.249):

(...) Benefícios sociais são aquelas facilidades, conveniências, vantagens e serviços que as empresas oferecem aos seus empregados, no sentido de poupar-lhes esforços e preocupação. Podem ser financiados, parciais ou totalmente pela empresa: contudo, constituem sempre meios indispensáveis na manutenção de força de trabalho dentro de um nível satisfatório de moral e produtividade.

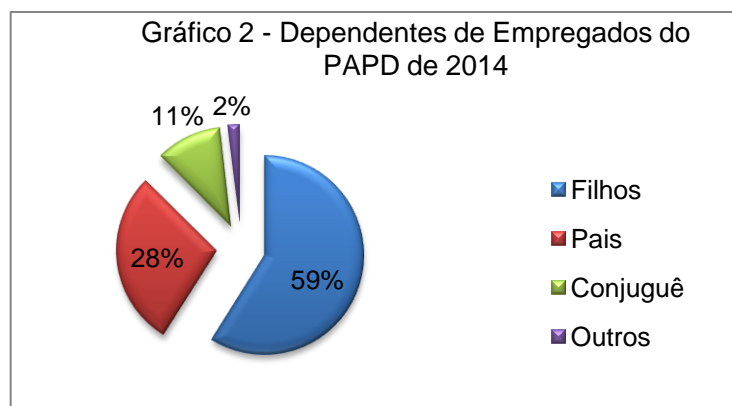
Outra justificativa é devido às concorrências existentes no mercado, exigências dos sindicatos, previdências e legislação trabalhistas, bem como a

¹⁸ (...) denomina-se benefício o conjunto de programas ou planos oferecidos pela organização como complemento ao sistema de salários. O somatório compõe a remuneração de empregado (MARRAS 2002, p.137).

indispensabilidade de investimento na promoção da qualidade de vida do trabalhador e seus dependentes (CHIAVENATO, 1999).

O benefício do PAPD é concedido apenas às pessoas com deficiência de acordo com os critérios do Decreto de n. 5.296 de 02/12/2004, visando atender os interesses dos indivíduos que necessitam desse serviço específico, como também da organização. Marras (2002) sustenta que os interesses organizacionais são aqueles em que a empresa concede a garantia das necessidades básicas e redução dos riscos psicossociais enfatizando a melhoria da qualidade de vida do empregado. Os interesses dos trabalhadores confere a empresa de disponibilizar benefícios que atende às necessidades do trabalhador como serviços de saúde, alimentação, entre outros, tendo o propósito manterem um padrão de qualidade de vida, isso acontece como uma parte da remuneração do salário. (MARRAS, 2002, p.137).

O grau de parentesco entre os dependentes dos empregados estão caracterizados entre filhos, pais, cônjuge e outros, como aponta o Gráfico 2:



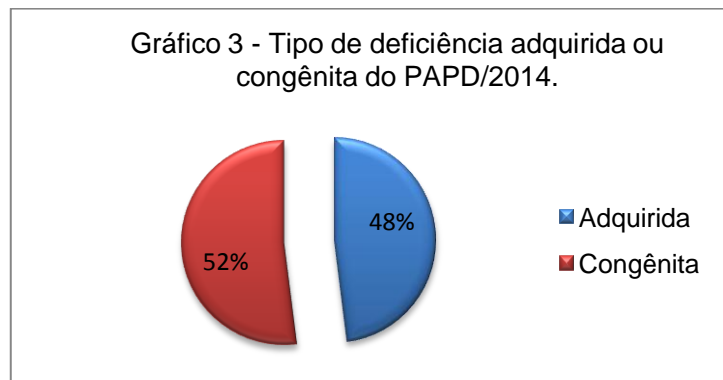
Fonte: Dados do PAPD/ELETROSUL, 2014.

O Gráfico 2, ilustra as tendências do grau de parentesco dos dependentes com deficiência, cuja porcentagem de filhos como beneficiados é de 59% (total 33 pessoas), sendo destas 12 crianças ou adolescentes. Pode-se também observar que 16 dependentes (28%) dos beneficiados são pais de empregados, 06 dependentes (11%) são cônjuges dos empregados e 01 dependente (2%) está inserido na categoria de “outros” (cunhado).

Segundo os dados do PAPD de 2014, 34 dos beneficiários do Programa (52%) têm a deficiência congênita e 32 dos beneficiários (48%) a deficiência foi adquirida. Diante desses dados, se evidencia que o serviço que o Programa PAPD

oferece, é avaliado como um benefício assistencial espontâneo¹⁹, pois é assegurado pela Constituição Federal de 1988, porém compreende-se que tal serviço é oferecido e pago pela própria empresa. Chiavenatto (1999, p.273) sustenta que os benefícios assistenciais “visam prover o funcionário e sua família de certas condições de segurança e previdência em casos de imprevistos ou emergências, muitas vezes fora do seu controle ou de sua vontade”.

A meta dos benefícios assistências é proporcionar aos empregados melhores condições de qualidade de vida, para que o mesmo venha ter a possibilidade de suprir as suas necessidades pessoais que não consegue pagar apenas com o valor do salário. Com relação aos dados apresentados pelo PAPD 2014, fica evidente que o empregado beneficiado pelo Programa necessita desse benefício espontâneo, pois existe uma concentração de parentes dependentes dos serviços que o Programa oferece.

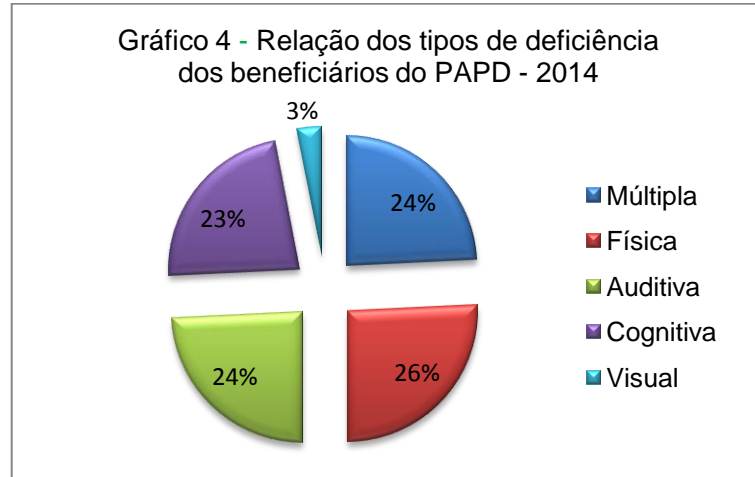


Fonte: Dados do PAPD/ELETROSUL, 2014.

Conforme o Gráfico 3 , a caracterização dos beneficiados e o seu tipo de deficiência foi possível visualizar as seguintes informações. Com relação à deficiência adquirida e congênita dos beneficiados pelo PAPD, é expressivo observar um percentual equilibrado entre ambas. Também se percebe que a deficiência adquirida tem uma porcentagem significativa diante do quadro de funcionários da empresa, sendo que uma deficiência adquirida, ou seja, algo inesperado na vida do empregado e de seus familiares traz vários impactos, dentre elas mudanças psicológicas, econômicas e também nas atividades do cotidiano familiar e também no trabalho.

¹⁹Benefícios espontâneos: “São aqueles que a empresa oferece aos seus empregados por vontade própria, geralmente com o objetivo de atender As necessidades dos empregados ou de tornar o perfil da remuneração atraente e competitiva no mercado de trabalho, tanto para atrair novos recursos humanos quanto para manter os atuais” (PELLENZ, 2004, p.22)

Dentro das categorias dos tipos de deficiência, as maiores predominâncias atendidas pelo PAPD são a deficiência física 26% (17 pessoas), seguida da deficiência auditiva 24% (16 pessoas) e múltipla 24% (16 pessoas), cognitiva 23% (15 pessoas) e visual 3% (02 pessoas), conforme Gráfico 4.



Fonte: Dados do PAPD/Eletrosul, 2014.

Diante dos empregados com deficiência entrevistados, é possível observar que a deficiência predominante é a auditiva, havendo uma menor presença dos empregados com outros tipos de deficiência. Lancilloti (2003) argumenta que no mercado de trabalho as deficiências físicas e auditivas têm uma presença mais significativa, que a deficiência intelectual ou múltipla. O autor demonstra que esse fator está relacionado à acessibilidade da pessoa com deficiência na educação, bem como, suas funções e cargos de trabalho. É possível sustentar essa leitura através dos empregados entrevistados nesta pesquisa, bem como os dados disponíveis pelo PAPD de 2014.

Em relação às concepções e às definições das deficiências é possível indicar que:

- Deficiência Mental (cognitiva): “funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização dos recursos da comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho” (BRASIL, 1999).
- Deficiência Sensorial: “[...] perda da capacidade de receber um estímulo, quando este chega a qualquer um dos sentidos (visão, olfato, paladar,

tato e audição). Do ponto de vista científico, a deficiência sensorial se caracteriza pelo não funcionamento (total ou parcial) de algum dos cinco sentidos” (SEESP/MEC, 2006).

- Deficiência Física: “alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções” (BRASIL, 2004).
- Deficiência Múltipla: “o termo deficiência múltipla tem sido utilizado, com frequência, para caracterizar o conjunto de duas ou mais deficiências associadas, de ordem física, sensorial, mental, emocional ou de comportamento social. No entanto, não é o somatório dessas e de aprendizagem que determinam as necessidades educacionais dessas pessoas alterações que caracterizam a múltipla deficiência, mas sim o nível de desenvolvimento, as possibilidades funcionais, de comunicação, interação social” (BRASIL, 2004).

Os beneficiários do PAPD possuem acesso ao Plano de Proteção e Recuperação da Saúde (PPRS) que assegurando também ao empregado o reembolso mensal do valor limite de aproximadamente mil setecentos e dezesseis reais (R\$ 1.716,00). Através da comprovação documental que este valor foi utilizado para o tratamento e recuperação da pessoa com deficiência, quer empregado ou dependente. Os serviços utilizados pelos beneficiários são de assistência farmacêutica, médico-hospitalar, psiquiátrico, psicológico e de reeducação especializada, entre outros. Também estão incluídos o acompanhamento individual de profissionais e o atendimento com transportes especializados. “Outra assistência proporcionada aos beneficiários do programa é a educacional, referente à frequência a entidades especializadas em educação e na política de inclusão social” (ELETROSUL, 2014, s/p).

Para os empregados e/ou dependentes que se inserirem no Programa e receberem o benefício da assistência, deve-se apresentar o “laudo do médico

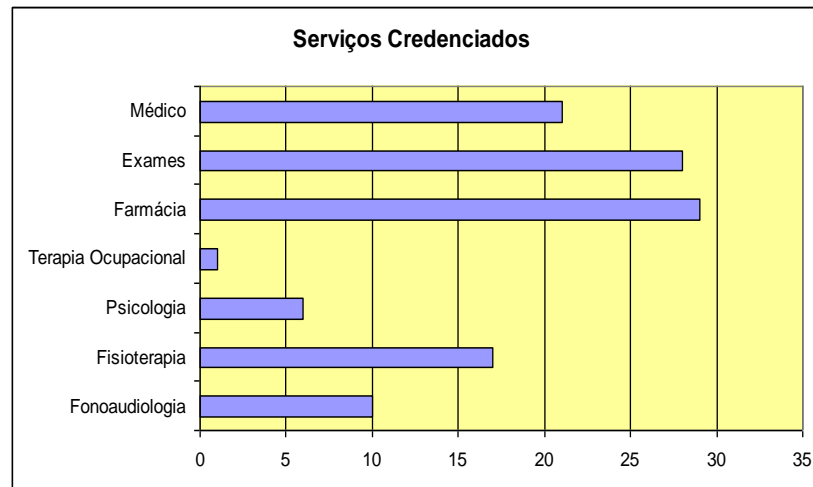
assistente, constando o tipo da deficiência, o CID e os tratamentos que a pessoa necessita realizar” (ELETROSUL, 2014, s/p). Esses documentos serão analisados pelo “médico do trabalho e/ou auditoria médica do plano de saúde contratada pela Empresa, e pelo Serviço Social para emissão de parecer quanto à inclusão no programa” (ELETROSUL, 2014, s/p). O valor do reembolso é aprovado pela Diretoria Executiva, e o empregado deve apresentar mensalmente ao Serviço Social os documentos como recibos e/ou notas dos serviços que utilizaram. Para que haja o reembolso integral das despesas mensais na área de saúde, assim como as despesas com entidades especializadas na educação de pessoas com deficiências ou especializadas em educação os serviços utilizados pelo beneficiado devem estar pautados no valor limite mensais e necessitam estar relacionados nos padrões exigidos pela NG-018 que salienta a assistência à reabilitação à pessoa com deficiência.

(...) tratamentos especializados, assistência médico-hospitalar, farmacêutica, psiquiátrica, psicológica e de reeducação especializada (psicomotricidade, psicopedagógica, neuropsicológica, pedagógica, fonoaudiologia, fisioterapia), terapeutas ocupacionais, socioterapia, ecoterapia, musicoterapia, arteterapia, órteses e próteses (aparelhos ortopédicos, auditivos e oculares, pernas e braços mecânicos, palmilhas e calçados ortopédicos, qualquer outro aparelho ortopédico destinado à correção de desvio de coluna ou defeitos dos membros ou das articulações) (ELETROSUL, 2014, s/p).

Para a aprovação dos serviços de cuidador especializados (profissionais da área de enfermagem e/ou cuidador social) o empregado deve apresentar documentos do profissional contratado. (ELETROSUL,2014).

As despesas que ultrapassam ao limite mensal são reembolsadas conforme as regras do Plano de Saúde da Empresa. O reembolso ocorre somente com as despesas referentes ao tipo da deficiência que levou o empregado/ou dependente a inclusão no Programa. “Quaisquer solicitações de novos procedimentos/assistência são alvo de análise pela equipe” (ELETROSUL, 2014, s/p). Segue abaixo demonstrativo do uso do PAPD pelos beneficiários em 2014.

Gráfico 5 – Serviços credenciados pelo Plano de Saúde da Empresa

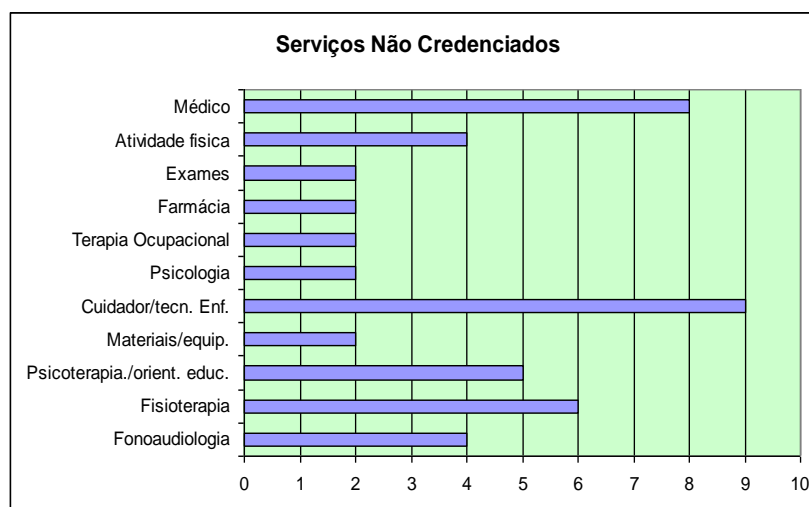


Fonte: Relatório Anual do PAPD de 2014.

No Gráfico 5, conferiu-se que os serviços credenciados mais utilizados pelos beneficiados são farmácia, seguida de exames e acompanhamento médico. Os serviços credenciados são concedidos aos empregados e seus dependentes, por meio de um plano de saúde, garantindo e respeitando as normas da NG-018 e de acordo com as diretrizes previstas na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). O segmento ANS, foi homologado pela Lei n. 9.656, de 3 de junho de 1998, assim, os planos de saúde privado, visam garantir serviços para aqueles que contribuírem - dessa forma as empresas como a Eletrosul que disponibilizam um mecanismo com o foco à saúde - visando satisfazer e promover a qualidade de vida do trabalhador e sua família. O crescimento dos planos privados, leva o Estado se desresponsabilizar pela garantia da saúde, ampliando o campo para o mercado usufruir desse espaço.

Em se tratando dos serviços não credenciados (serviços de saúde não assegurados no plano de saúde da Empresa), o Gráfico 6 demonstra que os serviços mais requisitados pelos beneficiados pelo PAPD são os cuidadores e enfermeiros, seguidos do acompanhamento médico.

Gráfico 6 – Serviços não credenciados pelo Plano de Saúde da Empresa



Fonte: Relatório Anual do PAPD de 2014.

As despesas das famílias em relação aos serviços de saúde e tratamentos para as pessoas com deficiência são de alto custo, dessa forma se vê a necessidade da ampliação de benefícios assistências. Ao analisar os serviços não credenciados, porém muito utilizados pelos empregados do PAPD, a demanda por cuidadores especializados e enfermeiros é elevada. As famílias exercem uma função importante no cuidado à pessoa com deficiência, assumindo assim, um papel de cuidador e de responsável, por outro lado, o empregado, precisa estar inserido no mundo do trabalho, para que o mesmo venha garantir e suprir suas necessidades. Desse modo, a família necessita de uma rede de cuidados para que ela possa garantir a sua renda familiar. Diante desse contexto, o plano de saúde da empresa reembolsa as despesas de serviços não credenciados de acordo ao tipo de deficiência que foi o motivo da inclusão no respectivo programa, de acordo com a NG-018 (ELETROSUL, 2014,s/p):

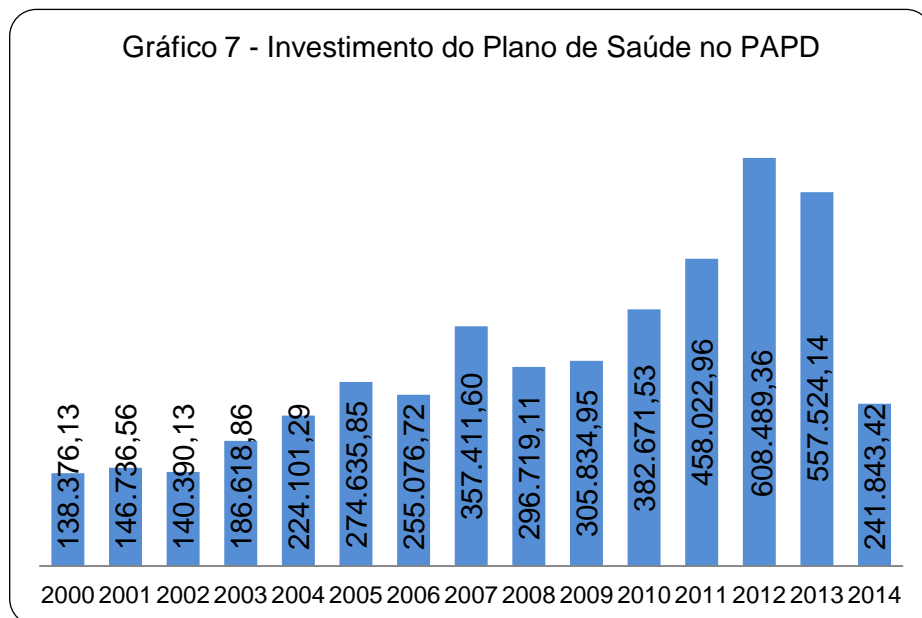
(...) Incluem despesas com serviços de enfermagem (enfermeiro, técnico e auxiliar de enfermagem), cuidador social, por meio de assistências individuais na residência, além dos encargos sociais e transporte especializado e/ou adaptado para locomoção da pessoa com deficiência ao local de tratamento.

O nascimento de uma criança com deficiência ou uma deficiência adquirida ao longo da vida, ocasiona diversas mudanças que atinge toda a família. Esta se depara com novos desafios inesperados, trazendo mudanças e alternativas para o

enfrentamento dos problemas, transformando seu cotidiano, sua estrutura e funcionamento.

Contudo, é fundamental que se tenha um cuidador social ou técnico de enfermagem como apoio para a emancipação e autonomia da família. Para Hirata e Guimarães (2013), esse cuidador profissional desempenha um tipo de trabalho formal ou informal, no qual uma pessoa cuida da outra, com o enfoque no bem-estar do mesmo. Os laudos e dados da pesquisa mostram que cada família tem uma demanda específica que varia de acordo com o tipo de deficiência da pessoa. Outro fator da necessidade de um cuidador é devido à jornada de trabalho do empregado ou do estilo de vida que cada família apresenta ou venha a apresentar.

De acordo com o relatório anual do PAPD de 2013/2014 o custeio dos serviços utilizados no período de 01/06/2013 a 30/06/2014, foi no valor de R\$ 241.843,42, demonstrados no Gráfico 7. Os investimentos e valores que o plano de saúde faz no PAPD, variam anualmente de acordo com a quantidade de beneficiados pelo programa, os tipos de serviços de saúde utilizados, e a especificidade e demanda de cada deficiência.



Fonte: Relatório Anual do PAPD (2014).

Sobre os dados coletados nas entrevistas realizadas junto aos beneficiários do PAPD da empresa Eletrosul, indica-se nem todos os beneficiados participaram do estudo. Foram entrevistados cinco empregados, de ambos os sexos. Dentre os

entrevistados dois empregados possuem deficiência auditiva e três têm um dependente beneficiado pelo Programa. Destes apenas quatro possuem filhos, que ainda estão sobre seus cuidados. Em relação às características dos entrevistados a Tabela 1 aponta.

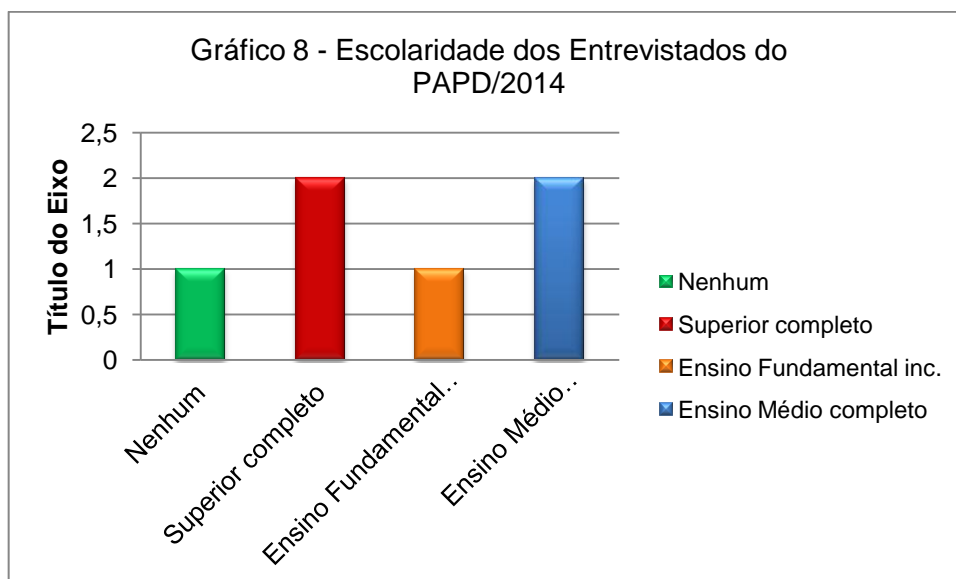
Tabela 1 – Sexo, idade, estado civil e número de filhos dos entrevistados.

SEXO	IDADE	ESTADO CIVIL	FILHOS
Masculino	60	Casado	2
Masculino	32	Casado	0
Masculino	55	Casado	1
Masculino	46	Casado	1
Feminino	48	Casado	2

Fonte: Elaboração da autora a partir da coleta de dados.

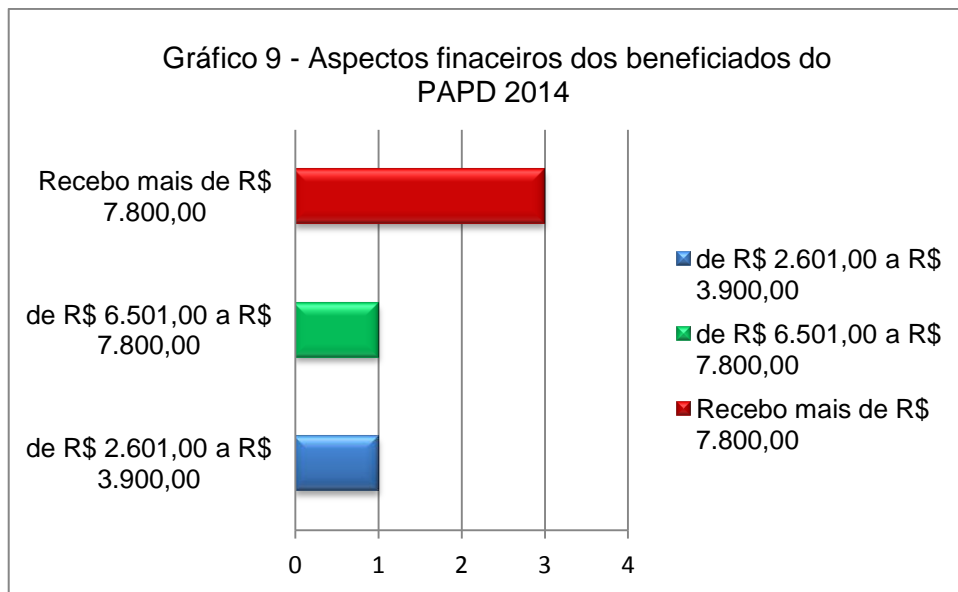
Em relação às características das pessoas com deficiência do grupo de entrevistados, a Tabela 1 demonstra que a média de idade é de 48 anos, sendo que em relação ao sexo 4 (80%) são homens e 1 (20%) mulher.

Os dados do Gráfico 8 também apontam que dois dos entrevistados são empregados com deficiência que possuem o nível superior completo já entre os dependentes um não possui escolaridade, outro completou o ensino médio e um está inserido no contexto escolar.



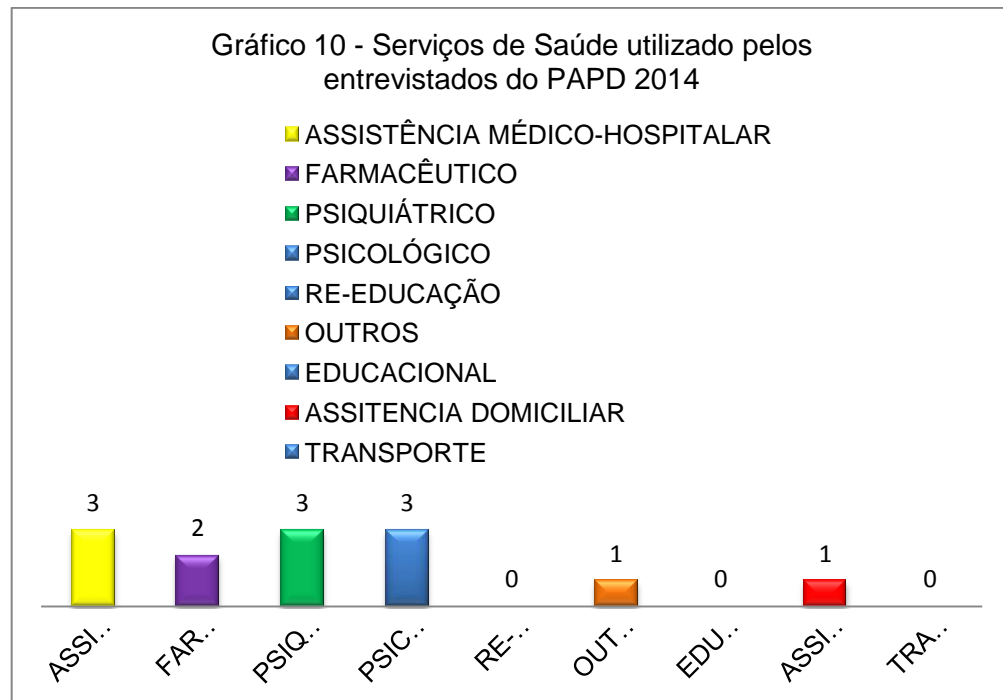
Fonte: Elaboração da autora a partir da coleta de dados.

Já em relação à caracterização da renda dos empregados entrevistados na pesquisa apresenta-se, conforme o Gráfico 9, que três dos entrevistados recebem mais de R\$ 7.800,00, um recebe de R\$ 6.501,00 a R\$ 7.800,00 e um recebe de R\$ 2.601,00 a R\$ 3.900,00, sendo que dos 05 entrevistados apenas 03 possuem mais alguém da família que possui renda.



Fonte: Elaboração da autora a partir da coleta de dados.

De acordo com o Gráfico 10, identificou-se que os serviços de saúde mais utilizados pelos beneficiados são: assistência médico-hospitalar, psiquiátrico e psicológico, seguida de farmácia e assistência domiciliar.



Fonte: Elaboração da autora a partir da coleta de dados.

A análise das questões enfatizadas pelas entrevistas e pela coleta de dados documentais referentes ao PAPD indica que a concessão de benefícios assistências por parte de empresas, por exemplo, é resultado da construção e luta dos movimentos sociais, que no Brasil iniciam na década de 1970 no Brasil por meio dos representantes das pessoas com deficiência na busca da ampliação do acesso igualitário, bem como da viabilização de ações que possibilitam conduzir a uma nova percepção em relação à concepção de deficiência (MEMORIAL DA INCLUSÃO, 2013).

Em 1980 o Movimento pelos Direitos das Pessoas Deficientes (MDPD), lutou contra para toda a forma de discriminações e preconceitos, com intuito de assegurar os direitos das pessoas com deficiência. É por meio da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em 2008, concretizada pela ONU, na qual se compreendeu que pessoas com deficiência “são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas” (BRASIL, 2009). Nesse sentido, compreende-se que a deficiência é parte de um caráter político, ou seja, não deve ser analisada como uma problemática individual. Segundo Diniz (2002, p.15):

(...) Mesmo que o modelo médico de deficiência seja marcado por uma consequência natural da lesão em um corpo - ou seja, uma limitação funcional orgânica do sujeito, podendo esta estar presente nas estruturas físicas, sensoriais ou mentais - a deficiência pode também ser vista a partir do momento que a sociedade disponibiliza atividades e serviços que venham impossibilitar, restringir ou incapacitar uma pessoa com uma lesão de realizar tal atividade.

Os valores, modelos e padrões socialmente impostos são construídos historicamente, dessa forma é nítida a separação dos indivíduos que compõem uma sociedade, por categorias como fator econômico, políticos, sociais e culturais. No início a humanidade selecionou os indivíduos não aptos, dessa forma, aqueles que não se adaptavam ou necessitavam de uma atenção maior, eram excluídos da sociedade (BIANCHETTI, 1998).

Segundo Diniz a problematização atual enfrentada pela pessoa com deficiência é resultado de barreiras ambientais impostas pela sociedade como as condições que os serviços de saúde e educação disponibilizam (DINIZ, 2012). “O desafio está em afirmar a deficiência como estilo de vida, e também reconhecer a legitimidade de ações distributivas e de reparação da desigualdade bem como a necessidade de cuidados biomédicos” (DINIZ, 2002, p.06).

De acordo com os dados, o Programa PAPD tem como objetivo garantir a qualidade de vida do beneficiário, proporcionando a acessibilidade aos recursos e aos tratamentos de saúde. Com o apoio financeiro oferecido pela empresa, o empregado tem a possibilidade de suprir suas necessidades básicas disponibilizando a sua força de trabalho em troca de benefícios assistenciais. Seguem alguns relatos das entrevistas com relação a importância do auxílio do Programa no cotidiano do empregado:

“É fundamental, o auxílio do PAPD. Permite conforto para quem é atendido e tranquilidade para o responsável, pois os custos de manter o tratamento são altos e seriam muitos onerosos”. (ENTREVISTADO 04).

“O auxílio financeiro é essencial, é uma das razões por não querer me aposentar cedo”. (ENTREVISTADO 01).

“Por meio do programa, adquiri meu aparelho auditivo”. (ENTREVISTADO 02).

“Não sei o que seria da minha mãe, pois não somente à pessoa com deficiência adoece, mas também toda a família adoece”. (ENTREVISTADO 05).

É importante destacar que a abordagem apresentada pelas entrevistas e pelo que foi demonstrado nos dados, indicam a importância do Programa no cotidiano familiar. Os resultados e os impactos relacionados ao PAPD estão interligados com o auxílio financeiro que o Programa disponibiliza aos seus beneficiados, trazendo a oportunidade das pessoas com deficiência avançarem no tratamento e desenvolvimento de oportunidades.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho de conclusão de curso procurou-se analisar o PAPD concedido aos empregados pela Eletrosul, estabelecido na NG-018, como um benefício de assistência social. O Programa foi implantado na empresa em 1990, buscando melhorar a qualidade de vida dos empregados e dependentes.

Atualmente estão inscritos no PAPD 10 empregados e 56 dependentes, totalizando 66 beneficiários. A análise do perfil das pessoas com deficiência beneficiadas e inseridas no PAPD conduziu a diversas reflexões sobre o benefício. Inicialmente, considerando a política de inclusão de empregados ou dependentes com deficiência no Programa, que uma organização de economia mista deve cumprir, salienta-se a necessidade de garantir a melhoria da qualidade de vida dos empregados e seus dependentes, compreendendo ações de Assistência, Educacional e Especial assim como, o atendimento as necessidades biopsicossociais e financeiras, que procedem dos tratamentos de reabilitação de saúde da pessoa com deficiência.

Ainda no processo de reflexão, outro assunto abordado e trazido ao debate no decorrer da pesquisa, foi à influência do benefício no processo de produção e desempenho do empregado. O benefício parece ser um importante elemento na complexidade de fatores que envolvem a permanência do beneficiado na empresa, pois além desse benefício, a empresa proporciona ao trabalhador e sua família um leque de serviços assistenciais como parte do complemento da sua remuneração, possibilitando melhores condições de vida.

Os dados do trabalho apresentam a dificuldade da realidade que as pessoas com deficiência enfrentam. Pode-se perceber que dependendo do grau de deficiência tem um baixo índice de pessoas com escolaridade de nível superior - apenas 40% dos entrevistados do PAPD têm ensino superior completo, dificultando a possibilidade de ingressar no mercado de trabalho.

É importante salientar que a pessoa com deficiência passa por diversas situações em seu cotidiano - discriminação social, sua inserção em espaços de convívio social, dificuldades econômicas por conta do custo dos tratamentos de reabilitação de saúde da pessoa com deficiência, entre outras.

Nesse sentido, outra análise a ser destacada está relacionada ao trabalho e o rendimento do empregado que possui seu dependente incluído no Programa, isto é,

o benefício é um meio importantíssimo para proporcionar o bem estar e a qualidade de vida do dependente. Dessa forma, o empregado terá uma disponibilidade maior no trabalho, sem que seu desempenho nas atividades seja afetado devido a deficiência de seu familiar, pois o auxílio financeiro e psicossocial que o benefício proporciona se faz evidente neste contexto.

O PAPERD visa à melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários. De acordo com os dados evidenciados a finalidade do Programa é alcançada, pois os tratamentos de saúde principais são assegurados pelo benefício, por meio do auxílio financeiro, mesmo com os limites impostos pela deficiência.

É necessário que a família seja acompanhada para que o cuidado à pessoa com deficiência seja de qualidade. O cuidado da família nesse contexto requer elementos e estratégias que possibilitem a construção de redes de atenção a este grupo específico e uma política qualificada que atenda não somente à pessoa com deficiência mas também toda a família, dando a possibilidade de que ambos venham ter os acompanhamentos necessários para a qualidade de vida.

Por fim, compreende-se, que embora haja uma política e benefícios direcionados a pessoa com deficiência visando garantir uma vida digna, é imprescindível perceber o quanto são impostos pela sociedade barreiras que definem padrões de comportamento socialmente aceitáveis.

Também não é possível deixar de assinalar a importância do Serviço Social na Eletrosul. A profissão está presente na estrutura organizacional da empresa desde 1968, atuando na relação do empregado com a lógica estrutural da empresa. Essa dinâmica acontece em um ambiente de trabalho diversificado, onde o Serviço Social busca através do seu fazer profissional intermediar nas questões e demandas que surgem ao longo do tempo, visando construir ações que influenciem na qualidade de vida do empregado, informando e assegurando os direitos do trabalhador previstos na lei.

O fazer profissional do Assistente Social na Eletrosul consiste, entre outras atividades, na execução de ações educativas e preventivas, enfatizando a qualidade de vida e as condições de trabalho do empregado e seus dependentes, esclarecendo seus direitos sociais e como ter acesso aos mesmos. O Serviço Social encaminha o empregado aos programas, tendo como finalidade estabelecer diretrizes para concessão de benefícios, abrangendo tanto os diretores, empregados e dependentes e respeitando a CLT.

A Norma de Gestão Empresarial dirige o fazer profissional e orienta a respeito dos benefícios concedidos a todos os empregados da Eletrosul. Portanto, são efetuados programas e projetos que visam à garantia da ação profissional, fundamentada e articulada a um Projeto Ético-Político. O fazer profissional no PAPD consiste em assistir, apoiar e orientar os beneficiários. As ações profissionais são executadas através dos instrumentos técnico-operativos, como a entrevista, visita domiciliar e hospitalares, reuniões, palestras, campanhas, monitoramento, encaminhamentos, análise de laudos médicos e parecer social. Os recursos técnicos e humanos ocorrem na participação de Assistentes Sociais, Psicólogos, Enfermeiros, Médicos e demais técnicos. Essas ações oportunizam a criação de um espaço que visa atender as demandas dos empregados.

As razões da inserção do Serviço Social nas empresas foram advindas, do desenvolvimento e do modo de produção que surgiram a partir das exigências e ideologia do capitalismo. Dessa forma, coube ao Assistente Social atender e responder as demandas da questão social decorrentes do crescimento acelerado das desigualdades sociais sucedidas do sistema capitalista. Nesse sentido, o profissional de Serviço Social foi solicitado para ser um mediador das tensões sociais presentes entre o capital e o trabalhador (IAMAMOTO, 1988), reduzindo o absenteísmo, assegurando benefícios sociais aos trabalhadores e criando ações que visam à melhoria da qualidade de vida no trabalho, bem como a promoção e proteção a sua saúde e seus direitos sociais, tanto do trabalhador como de seus familiares.

O capitalismo e suas transformações, molda a sociedade em um espaço de contradições afetando a sociedade. Dessa forma, entende-se que o mercado sempre visa à obtenção de lucro, influenciando na dinâmica do trabalho, afetando diretamente as formas de qualidade de vida do trabalhador e suas famílias. Portanto, o objetivo primordial das empresas é o lucro e a reprodução da força de trabalho, para que isso ocorra de forma qualificada é necessário que a qualidade vida do trabalhador seja garantida, para que o mesmo venha satisfazer suas necessidades e ao mesmo tempo desempenhar suas tarefas sem afetar a produção e objetivos da organização.

Nessa mesma lógica, são criados pelas empresas os benefícios assistenciais visando a imagem moral da instituição e vínculo empregatício. Por fim, deve-se ressaltar que enquanto o Estado não tomar medidas que possibilitam uma

assistência à saúde de qualidade e integral para todos aqueles que dela necessitar, independente de sua classe social, o setor privado continuará viabilizar formas de venda dos serviços de saúde.

REFERÊNCIAS

ACENDABRASIL. **Leilões no setor Elétrico brasileiro: análises e recomendações.** Disponível em: http://www.acendebrasil.com.br/media;estudos/2012_WhitePaperAcendaBrasil_07_Leiloes_Rev2.pdf. Acesso em: 17 nov.2014.

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE Suplementar. **Quem somos.** Disponível em: <http://www.ans.gov.br/aans/quem-somos#sthash.nizYrDQO.dpuf>. Acesso em 28 nov.2014

ALMEIDA, Ney Luis Teixeira de; Alencar, Mônica Maria Torres de. **Transformações estruturais e desemprego no capitalismo contemporâneo.** In Serra, Rose (org). Trabalho e reprodução social, enfoques e abordagens. S.Paulo, Cortez, 2001
 ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social, assistência social e lutas sociais: inflexões da cultura profissional.** In: Anais da V JOINPP. São Luiz: 2011.

ABRANCHES, Sérgio. **Privatização, mudanças estrutural regulação.** In: **XI Fórum Nacional**, 11. Anais. 1999. (Painel IV: O Day after da privatização da infraestrutura).

ANTUNES e SILVA. (2004). **O Averso do Trabalho**, Ed.Expressão Popular, São Paulo.

BIANCHETTI, L.; FREIRE, I. M. **Um olhar sobre a diferença: integração trabalho e cidadania.** São Paulo: Papyrus, 1998. 27p.

BIANCHETTI, Lucídio. **Aspectos Históricos da Apreensão e da Educação dos considerados Deficientes.** In: BIANCHETTI, L. & FREIRE, I. M. (Orgs.) Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania. Campinas, SP: Papyrus, 1998. (Série Educação Especial) p. 21 – 51.

BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. **Plano Nacional dos Direitos da Pessoa Com deficiência: viver sem limites.** Brasília: 2013.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 20 nov. 2014

_____. Decreto nº. 3289/99, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº. 7.853/89, de 24 de outubro de 1989, **dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, p. 10, 1999.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência.** Brasília: Editora MS, 2010.

_____. Ministério da Saúde. **Departamento de Atenção Básica. Área Técnica de Saúde do Trabalhador.** Caderno de saúde do trabalhador. Brasília; 2001.

_____. Ministério da Saúde do Brasil, **Organização Pan-Americana da Saúde/Brasil. Doenças relacionadas ao trabalho. Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde Série A.** Normas e Manuais Técnicos, n. 114. Brasília/DF, 2001

_____. *Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009 a.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 20 nov. 2014.

_____. Decreto nº. 3289/99, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº. 7.853/89, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 10, 1999.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência.** Brasília: Editora MS, 2010.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Departamento de Atenção Básica. Área Técnica de Saúde do Trabalhador Saúde do trabalhador / Ministério da Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas, Área Técnica de Saúde do Trabalhador.** – Brasília: Ministério da Saúde, 2001

BRAVO, M. I. S. **Política de Saúde no Brasil. Serviço Social e Saúde. Formação e Trabalho Profissional.** São Paulo: Cortez, 2006.

BRESSER PEREIRA, L.C.. "A Reforma do Estado dos Anos 90." Brasília, *Cadernos do Mare*, n. 1, Brasília, 1997.

_____. A Reforma do Estado nos anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle. Lua Nova. Revista de Cultura e Política, São Paulo, v.45, p.49-95, 1998.

CARINHATO, Pedro Henrique. Neoliberalismo, Reforma do Estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. Aurora, 2008, 37-46.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos: edição compacta.** São Paulo: Atlas, 1991.

_____. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos** nas organizações. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

DIAS, Elizabeth Costa. **Evolução e aspectos atuais da saúde do trabalhador no Brasil.** Bol. of Sanit. Panam., Washington, v.115, n.3, p.202-213, 1993.

COSTA, Frederico e PECL, Alketa. **Desestatização como estratégia de reforma do Estado: análise preliminar da privatização no Brasil na Nova República.**1999. Rev. adm. Pública 33 (3), 191-205

DINIZ, Débora. **O que é Deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002.

DINIZ, Eli. (1996). **Em busca de um novo paradigma: a reforma do Estado no Brasil dos anos 90**. São Paulo em Perspectiva, 4.

DRAIBE, Sonia M., **O Welfare State no Brasil: Características e Perspectiva** em Ciências Sociais Hoje, 1989. São Paulo: ANPOCS, pp.13-60.

DRUCKER, P. F. **Práticas de Administração de Empresas**. São Paulo, Pioneira. 1981.

ELETROSUL 40 anos: 1968-2008. Ligia Maria Martins Cabral.- Rio de Janeiro: Centro de Memória de Eletricidade no Brasil, 2008.

_____. Norma de Gestão Empresaria NG-018. Ed.12- Florianópolis-SC, 2014. (1)

_____. Plano Eletrosul de Segurança do Trabalho, Saúde Ocupacional de Acompanhamento Social. 2014. (2)

_____. Disponível no site: <http://www.eletrosul.gov.br/home/index.php>; Último acesso em: 02. Dez.2014.

_____. **Responsabilidade Social**. Disponível em: <http://www.eletrosul.gov.br/home/conteudo.php?cd=155>. Acesso em: 17 nov. 2014.

FARIAS Regina. G.B. **ATUAÇÃO ESTATAL E A PRIVATIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO. DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**, Programa de mestrado em ciência política, instituto de ciência política, universidade de Brasília, distrito Federal. p 107, 2006.

FLIPPO, Edwin B. **Princípios de administração de pessoal**. São Paulo: Atlas, 1972.

FRANÇA, A C. Limongi. **Qualidade de vida no trabalho: conceitos, abordagens, inovações e desafios nas empresas brasileiras**, *Revista Brasileira de Medicina Psicossomática*. Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, p. 79-83. Abr./mai./jun. 1997.

GUIMARÃES, N. A; HIRATA, H e SUGITA, K. **Cuidado e Cuidadoras: O Trabalho de Care no Brasil, França e Japão**. São Paulo: Atlas, 2012.

HAYEK, F. A. **O Caminho da Servidão**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.

HIRATA, H; GUIMARÃES, N. A (org)- **Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho care**. São Paulo: Atlas, 2012.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 16ª edição. São Paulo: Cortez, 2004, 380p.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008.

LANCILLOTTI, S. S. **Deficiência e trabalho: redimensionando o singular no contexto universal**. Campinas: Autores Associados, 2003. 111p.

LEIRIÃO, Flávia Cortez. **A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NAS EMPRESAS DIANTE DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA**. IV ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E III ENCONTRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. Vol. 4, N°4 . 2008. p. 1-12.

LIMA, Maria José de Oliveira; COSAC, Claudia Maria Daher. **Serviço Social na Empresa**. Florianópolis: Revista Katalysis, v.8, n. 2, p. 235-246, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade, Eva Maria Lakatos. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARRAS, Jean Pierre. **Administração de recursos humanos: Do operacional ao estratégico**. 5a ed. São Paulo: Futura, 2002.

_____. **Administração da remuneração**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

MISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Manual da Aprendizagem**. Brasília, 28 de outubro de 2013, Ed. Revista e Ampliada.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. **HISTÓRICO DO MINISTÉRIO EM MINAS E ENERGIA**. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/mme/menu/institucional/ministerio.html>. Acesso em: 17 nov. 2014.

MOTA, A.E. da. **O feitiço da ajuda: as determinações do Serviço Social na empresa**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1991.

MOTTA, A.E. **Cultura da crise da seguridade social – Um estudo sobre as tendências da previdência social e da assistência social nos anos 80 e 90**. São Paulo: Cortez, 1995.

OLIVEIRA, C. **Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características**. 2008.

OLIVEIRA, S.L. **Sociologia das organizações: uma análise do homem e das empresas no ambiente competitivo**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002

PELLENZ, ALEX. **Avaliação e percepção dos funcionários de um banco múltiplo de economia mista quanto ao plano de benefícios oferecidos.** Trabalho de conclusão de da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 8 de Nov. 2011.

PET SAÚDE/REDES: Rede de cuidados à pessoa com deficiência. **Trajetórias para o acesso aos serviços de saúde das pessoas com deficiência residentes na área de abrangência do centro de saúde agrônômica no município de Florianópolis.** Projeto de pesquisa, Ministério da Saúde, Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis e UFSC. Florianópolis, 2014.

RONDONIAOVIVO. **Servidores demitidos no Governo Collor querem cumprimento da lei de anistia.** Disponível em: http://www.rondoniaovivo.com/noticias/servidoresdemitidosnogovernocollorqueremcumprimentodaleideanistia/15343#.VGnpdjTF_xA. Acesso em: 17 nov. 2014.

SANTANA, Ângela. **A reforma do Estado no Brasil: estratégias e resultados.**In: Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, 7. Anais, Lisboa, Portugal, 8-11 Oct. 2002.

SILVA, Ilse Gomes. **A reforma do Estado brasileiro nos anos 90: processos e contradições.** In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 4., 2000. Anais... Coimbra: Associação Portuguesa de Sociologia, 2000. p.1 -13.

SIMIONATTO, I. **Crise, reforma do Estado e políticas públicas: implicações para a sociedade civil e para a profissão.** Florianópolis, 1997.

TAMBELLINI, A.T. et al - **Política Nacional de Saúde do Trabalhador, análises e perspectivas.** Contribuição à Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador- Rio de Janeiro- ABRASCO, 1985.

ANEXO

ENTREVISTA DO PAPP

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 Nome:

Matricula:

1.2 Sexo: () Masculino () Feminino

1.3 Idade:

2. ASPECTOS FINANCEIROS

2.1 Com relação a sua atividade Remunerada Mensal:

() Recebo de R\$ 1.821,00 A R\$ 2.600,00

() Recebo de R\$ 2.601,00 A R\$ 3.900,00

() Recebo de R\$ 3.901,00 A R\$ 5.200,00

() Recebo de R\$ 5.201,00 A R\$ 6.500,00

() Recebo de R\$ 6.501,00 A R\$ 7.800,00

() Recebo mais de R\$ 7.800,00

2.2 Mais alguém na sua família possui renda? () Sim () Não

2.3 Tem alguma atividade profissional fora da Empresa? () Não () Sim. Qual?

() Remunerada () Voluntária

2.4

3. HISTÓRICO FAMILIAR

3.1 Estado civil: casado

3.2 Composição familiar:

Nome:	Idade	Grau de parentesco

3.3 Como é seu relacionamento familiar?

ótimo bom ruim péssimo

4. CARACTERIZAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

4.1 Nome:

4.2 Sexo: Masculino Feminino

4.3 Idade:

Grau de Parentesco: empregado da empresa

4.4 Escolaridade:

Nenhum

Ensino Fundamental (1° a 4°) incompleto

Ensino Fundamental (1° a 4°) completo

Ensino Fundamental (5° a 4°) incompleto

Ensino Fundamental (5° a 4°) completo

Ensino Fundamental (duração de 9 anos)

Ensino Médio (Científico, Clássico, Técnico, Normal) incompleto

Ensino Médio (Científico, Clássico, Técnico, Normal) completo

Superior incompleto

Superior Completo

4.5 Indique qual é o tipo de deficiência: Congênita Adquirida

Deficiência sensorial (visual, auditiva, paladar, olfativa)

Deficiência física (mobilidade reduzida, motora, fala)

Deficiência intelectual

Deficiência múltipla

Outra. Qual? _____

4.6 Possui algum vínculo empregatício?

Sim Não

trabalhador por conta própria/autônomo

trabalhador temporário (bicos)

empregado sem carteira assinada

empregado com carteira assinada

trabalhador sem remuneração (voluntário)

militar ou servidor público

empregador

estagiário

aprendiz (14 a 16 anos)

outro. Qual? _____

4.7 Vinculado algum benefício? Sim Não

Qual? _____

Valor: _____

4.8 Em função dessa deficiência recebe cuidados de terceiros?

Sim Não

4.9 Se sim, indique de quem:

Familiar. Quem? _____

Vizinhos

Amigos/Conhecidos

Cuidador especializado

() Instituição da Rede Sócio Assistencial

() Outros. Quem? _____

4.9 Possui algum tipo de vínculo com instituições que atendam pessoas com deficiência?

() Sim () Não

Quais: _____

4.10 Em função da deficiência utiliza/acessa algum serviço de saúde?

() Sim () Não Quais?

5.0 Em relação ao benefício concedido pelo Programa de Atendimento à Pessoa com Deficiência- PAPD:

5.1 Como considera a acessibilidade do Programa?

() Péssimo () Ruim () Regular () Bom () Ótimo

5.2 É suficiente para as despesas mensais? () Sim () Não

Por quê? _____

Utiliza os benefícios do PAPD para:

() Assistência médico-hospitalar

() farmacêutico

() psiquiátrico

() psicológico

() Re-educação especializada (psicomotricidade, fonoaudióloga, fisioterapia)

() Outros tratamentos por recomendação médica

() Educacional

() Assistência individual domiciliar

() Atendimento com transporte especializado

5.3 De que forma o PAPD lhe auxilia?

5.4 De que as reuniões do PAPD lhe auxilia?

5.5 Você tem alguma sugestão para a Empresa em relação ao Programa de Atendimento à Pessoa com Deficiência- PAPD?

OBS: _____

Data: